

ATA

N.º 05/2026

**SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE**

**Realizada em
30 de junho de 2026**

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE,
REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2026:**

---Aos **trinta** dias do mês de **junho** do ano **dois mil e vinte e seis**, nesta cidade de Esposende e no Fórum Municipal Rodrigues Sampaio, em Esposende, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, sob a presidência de Alberto Queiroga Figueiredo, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal.-----

---A reunião da presente sessão foi secretariada pelos Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, respetivamente, Carlos Jorge Enes Capitão de Abreu e Tânia Sofia Lima da Mota.-----

---Para além dos membros da Mesa encontravam-se presentes os seguintes membros:-----

Duarte de Boaventura Barbosa, em substituição de António Benjamim da Costa Pereira,
Sara Filipa Gonçalves Herdeiro,
Francisco Manuel Guimarães de Melo,
António José Pereira Morgado,
Elvira Maria Cubelo Morais,
Maria Gabriela Maranhão Abreu,
João Paulo Peixoto Torres,
Rita Jorge Holbeche Tinoco de Faria,
João Pedro da Costa Laranjeira,
André Lima de Carvalho,
Elsa Isabel Gonçalves Fernandes,
Olga Cristina Moura Dias,
Dinis Cunha Ferreira,
Manuel Eiras Martins de Abreu,
Maria Alexandra Lage Sousa,
António Mateus Ribeiro Torres,
Sandra Patrícia de Sá Gomes,
Elisabete Ferreira Martins Santos,
Manuel José Sampaio Viana,
Manuel Correia da Vinha,
Manuel Filipe Marques Moreira,
Filipe Manuel Fonseca Marques,
José Miguel Gonçalves de Sousa,
Ernestino Alves Magalhães, em substituição Valdemar Mota de Faria,
Vitor Manuel Queirós Quintão,
Carlos Manuel Gonçalves Vilas Boas,
Jorge Humberto de Sousa e Silva,
Carlos Manuel Sampaio Brás Lima,
Carlos Manuel Calheiros de Almeida,
Fernando Gabriel Neves da Cruz,
Rui Manuel da Ponte Gonçalves, e
Óscar Fernando Monteiro Torre da Silva.

---Sendo 21 horas, verificando-se a existência de “quórum” para o funcionamento da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o Presidente da Câmara Municipal, Carlos Manuel Pires Martins da Silva, em representação desta, bem como dos Vereadores:

Aurélio Mariz Neiva,
Octávio Dimas Fernandes Eiras,
Paula Cristina Fonseca de Abreu Cepa,
Fátima Heloísa Pereira Escrivães, e
Joana Catarina Nóvoa Lima.-----

---Verificou-se, entretanto, a ausência da Senhora Vereadora Marina Luísa Carneiro Garcia Cardoso.-----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia começou por saudar todos os presentes, fazendo uma intervenção, nos seguintes termos:

“Antes de dar início a esta sessão da Assembleia Municipal, queria dizer que reconheço que na última reunião me excedi um pouco ao intervir, porque na qualidade de Presidente da Assembleia eu não devo intervir. Peço desculpa por isso, não voltará a acontecer, terei o controlo de não voltar a intervir, de qualquer forma, quero que fique claro, eu reconheço que não devia intervir, mas reconheço que tenho razão. Ou seja, se o senhor Deputado quiser, no final podemos conversar e eu explico, eu percebi onde é que foi buscar os números, mas os números estão errados e posso-lhe explicar no final, se entender.”-----

De seguida entrou no Período de Antes da Ordem do Dia.-----

01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: _____

01.01 - APROVAÇÃO DE ATAS: -----

01.01.01 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2026 - PROPOSTA DE APROVAÇÃO.-----

Foi presente a ata da sessão extraordinária deste órgão, realizada no passado dia vinte e cinco de abril de 2026 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos: -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, APROVAR A ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2026. -----

Não participaram na votação o Senhor deputado municipal, João Pedro da Costa Laranjeira, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Apúlia, Manuel Correia da Vinha e o Tesoureiro da Junta de Freguesia de Fão, em representação do Presidente da referida Junta de Freguesia, Ernestino Alves Magalhães, ao abrigo do impedimento legal previsto no nº 3 do artigo 34º do



CPA, por não terem estado presentes na sessão extraordinária de 25 de abril de 2026.-----

01.01.02 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026 - PROPOSTA DE APROVAÇÃO.-----

Foi presente a ata da sessão ordinária deste órgão, realizada no passado dia vinte e oito de abril de 2026 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos: -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, APROVAR A ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026. - Não participou na votação o Tesoureiro da Junta de Freguesia de Fão, em representação do Presidente da referida Junta de Freguesia, Ernestino Alves Magalhães, ao abrigo do impedimento legal previsto no nº 3 do artigo 34º do CPA, por não terem estado presentes na sessão ordinária de 28 de abril de 2026.-----

01.02 – CORRESPONDÊNCIA DIVERSA – PARA CONHECIMENTO.-----

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida, tendo neste momento referido que a mesma foi distribuída por todos os membros da Assembleia Municipal.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

01.03 – INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA.-----

Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Forjães, Vitor Quintão, do Grupo Político do PPD/PSD, tendo referido:

*“Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa,
Exmo Senhor Presidente da Câmara,
Senhoras e Senhores Vereadores,
Caros colegas Presidentes de Junta,
Senhoras e Senhores Deputados Municipais,
Caríssimo público presente,
Comunicação Social,
Uma saudação para todos vocês.*

*Foi a 30 de junho de 1989 que Vitor Ferreira Crespo, Presidente da Assembleia da República, assinou o documento que havia permitido elevar a freguesia de Forjães à categoria de vila, dando assim, início a um novo título e período de profundas transformações. São quase quatro décadas de transformação aos nossos olhos, de um modo mais isolado, daqueles que se lembram o que éramos antes e o que somos agora.
Celebramos hoje 37 anos desde que a nossa terra foi elevada à categoria de vila. Olhando*

para trás, lembramos o esforço coletivo e a visão daqueles que lutaram por este reconhecimento, como bem patente está lembrado no memorial na Praça Rodrigues de Faria em Forjães.

Ter a noção e olhar para o passado é fundamental para dar valor ao presente. Esta elevação foi o reconhecimento do dinamismo e da resiliência do povo Forjanense.

Recordo com profunda gratidão todos os homens e mulheres: autarcas, empresários, dirigentes associativos e cidadãos anónimos que nos antecederam. Foram eles que acreditaram e lançaram as bases das nossas infraestruturas, da nossa cultura, da nossa identidade, daquilo que somos hoje. A todos eles, aqui presto a minha homenagem.

Mais do que uma simples alteração de categoria administrativa, este marco simboliza muito trabalho, na busca da concretização de uma visão de futuro que em conjunto, todos os Forjanenses devem abraçar.

Ao longo destas quase quatro décadas, a nossa Vila cresceu, modernizou-se e vai sabendo adaptar-se aos desafios dos novos tempos. Mas todos, os Forjanenses, têm de estar empenhados para sermos uma comunidade mais dinâmica, provando e contribuindo todos os dias para que a nossa terra seja de excelência para viver, trabalhar e visitar.

Muito há para conquistar, tenho a noção disso, por isso, trabalhamos afincadamente na procura daqueles que são os objetivos a que nos propusemos, sendo que para tal, todos temos de estar alinhados, sempre no superior interesse dos Forjanenses e de Forjães.

Celebrar 37 anos não é apenas recordar o passado, é renovar o nosso compromisso com o futuro. Os desafios que diariamente encontramos exigem união e a determinação que nós, enquanto executivo, diariamente demonstramos e construímos. Continuaremos a trilhar o caminho para o futuro que desejamos, sem memória curta conforme os ventos, muito há para fazer, continuaremos apostados a trabalhar na valorização do nosso património, na inovação, na nossa identidade, na marca Forjães, e, acima de tudo, na qualidade de vida de todos os que vivem na nossa Vila.

Mas este é um trabalho que não se faz sozinho, por isso, continuamos a contar com a colaboração da Câmara Municipal, parceiro imprescindível na nossa caminhada, e como todos sabemos, de qualquer Junta de Freguesia “celebrems então o passado com orgulho, olhando para o futuro com esperança, para que todos juntos continuemos a escrever a história de Forjães, contribuindo deste modo e de forma positiva, para a imagem, também, do nosso Concelho”.

A todos os que no passado ajudaram a escrever a história da nossa vila, a todos os que no presente contribuem para o seu engrandecimento, o meu obrigado!

Porque é da minha terra que falo, e que hoje assinalamos 37 anos de elevação a Vila, termino a dizer, Viva Forjães!

Muito obrigado a todos.”-----

Intervio depois o Sr. Deputado Municipal, André Carvalho, do CHEGA, tendo feito a seguinte intervenção política:

“Permitam-me antes de mais, como forjanense dar os parabéns publicamente à Vila pelos 37 anos e que muitos virão.

*Senhor Presidente da Assembleia e restante Mesa,
Senhor Presidente da Câmara e restante Vereação,*

*Senhoras e senhores Deputados Municipais,
Senhores Presidentes de Junta de Freguesia,
Estimado Público aqui presente e que nos assiste pelas plataformas digitais,*

Com o mote “isto não é para se fazer, é para se ir fazendo!”

Temos o claro exemplo da obra na Estrada Municipal 546 que liga Antas a Forjães.

Esta obra arrasta-se por várias fases desde 2024: a 1.ª fase, de cerca de 800 mil euros; a 2.ª fase, de 1,716 milhões de euros; e a fase em curso, orçada em 1,3 milhões de euros, à qual acresce ainda o reforço de saneamento e abastecimento de água, candidatado ao NORTE 2030 com um investimento próximo dos 2 milhões de euros. No total, falamos de quase 6 milhões de euros gastos numa única ligação de 1.400 metros.

Esta é uma artéria estruturante não só para quem vive em Antas e em Forjães, é a ligação direta entre as duas freguesias e o acesso de muitas famílias às suas próprias casas. Já há vários meses que essas famílias vivem de forma muito condicionada e, segundo o último edital, esta situação foi agora prorrogada até ao final de abril de 2027.

O corte prolongado da via tem um impacto real e diário na vida das pessoas, obriga a desvios longos para tarefas simples como ir trabalhar, levar os filhos à escola ou mesmo a consultas médicas. Dificulta também o acesso de ambulâncias, bombeiros e outros meios de socorro em caso de emergência.

Considerando um ponto A no início do corte desta estrada em Forjães e o ponto B no corte da mesma em Antas, temos uma distância de sensivelmente de 1.400 metros. Em alternativa temos um desvio de cerca de 10km, podendo chegar aos 12km se a estrada do desvio também se encontrar em obras como aconteceu há semanas.

Um prazo demasiado extenso, que nos apanhou a todos de surpresa. Mas que infelizmente apenas confirma o famoso ditado popular que as obras públicas “não são para se fazer, são para se ir fazendo!”

Então, perguntamos:

Sendo que, segundo edital, o prazo previsto para finalização da obra, era até julho deste ano, o que justifica o alargamento até abril de 2027? Quase mais um ano.

Para terminar, mencionar outra obra, a do Parque de Estacionamento junto aos Bombeiros de Esposende. A requalificação de um terreno, com um investimento de cerca de 92 mil euros e prazo de execução de 30 dias, que irá disponibilizar 105 lugares de estacionamento.

Também reconhecemos a necessidade dessa obra, mas temos algumas perguntas:

- 1) Este parque será gratuito ou já vai contar com parquímetros?*
- 2) Qual o modelo de gestão previsto para este parque?*

Muito obrigado.”-----

Interveio o Sr. Deputado Municipal, Duarte Barbosa, do Grupo Político do PPD/PSD, tendo apresentado um Voto de Pesar e Solidariedade:

*“Senhor Presidente da Assembleia Municipal,
Senhora e Senhor secretários da Mesa,
Senhor Presidente da Câmara Municipal,
Senhoras e Senhores Vereadores,
Senhoras e Senhores Deputados Municipais,
Esposendenses.*

Venho apresentar um Voto de Pesar e Solidariedade pela tragédia ocorrida na Venezuela, subscrito por todos os Grupos Políticos.

VOTO DE PESAR E SOLIDARIEDADE PELAS VÍTIMAS E SOBREVIVENTES DA CATÁSTROFE NATURAL QUE ATINGIU A VENEZUELA A 24 DE JUNHO.-----

“No passado dia 24 de Junho, a Venezuela foi abalada por um sismo de consequências devastadoras.

Num país onde a comunidade de portugueses e luso-descendentes ascende a meio- milhão de pessoas, não podemos deixar de sentir a tragédia humanitária como parte que afecta directamente uma parte de nós, tanto mais que Esposende sempre foi uma terra de emigrantes, espalhados pelos quatro cantos do mundo.

Muito para lá de qualquer diferença político-ideológica, une-nos um sentimento de humanidade, pelo qual não podemos ficar indiferentes ao sofrimento daquele povo.

Entre notícias de esperança por cada sobrevivente recuperado dos escombros, há também um registo de impotência perante o passar do tempo a impossibilidade de mais e ver feito no terreno nessa luta desigual contra o tempo e contra a natureza.

Este contexto, esta impotência perante a força da natureza, deve sempre fazer-nos pensar: Há uma humanidade que se une para recuperar vidas entre catástrofes causadas por fenómenos naturais, mas essa mesma humanidade destrói-se pelo mundo em conflitos onde se gastam mais recursos para destruir do que para construir.

Hoje, os deputados municipais que compõem esta assembleia, prestam a devida homenagem a todas as vítimas desta catástrofe através de um voto de pesar e simultaneamente expressam a sua solidariedade para com todos os sobreviventes, desejando fortemente um novo amanhecer para a Venezuela.

Mais se propõe que este voto de pesar e solidariedade seja remetido à Ex.ma Sr.ª Embaixadora da Venezuela em Portugal.”-----

Pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia foi proposto que o Voto fosse colocado de imediato à votação, tendo-se obtido a seguinte deliberação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR, APRESENTADO POR TODOS OS GRUPOS POLÍTICOS COM ASSENTO NESTA ASSEMBLEIA, MANIFESTANDO O MAIS PROFUNDO PESAR PELAS VÍTIMAS DA CATÁSTROFE E SIMULTANEAMENTE EXPRESSARAM A SOLIDARIEDADE PARA COM TODOS OS SOBREVIVENTES, DESEJANDO FORTEMENTE UM NOVO AMANHECER PARA VENEZUELA.-----
MAIS DELIBEROU, DAR CONHECIMENTO FORMAL DESTA DELIBERAÇÃO À EX.MA SR.ª EMBAIXADORA DA VENEZUELA EM PORTUGAL.-----

Intervio depois o Sr. Deputado Municipal, António Torres, do Grupo Político do PPD/PSD, tendo apresentado uma Recomendação:

“Ex.mo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa,

*Ex.mo. Senhor Presidente da Câmara e restante Vereação,
Caros Colegas,
Caros Presidentes de Junta,
Caro Público, aqui presente,
Caros jovens,*

O Grupo Político do PSD vem aqui apresentar uma proposta de Recomendação, relativa à requalificação de vias estruturantes no concelho, nomeadamente em Marinhãs, Vila Chã e Curvos.

RECOMENDAÇÃO “REQUALIFICAÇÃO DE VIAS ESTRUTURANTES NO CONCELHO (MARINHAS, VILA CHÃ E CURVOS)”-----

“Considerando que:

- A Avenida da Praia, em Cepães, na freguesia das Marinhãs, apresenta problemas graves na sua rede pluvial que em período de chuva, afetam diariamente a segurança e a qualidade de vida dos munícipes;*
- No anterior mandato autárquico, o executivo do PSD, com vista a uma melhoria do trânsito e das condições de seguranças daquela via, promoveu a elaboração de um projeto de requalificação da Avenida, visando a resolução definitiva destas deficiências estruturais e o eficaz escoamento de águas;*
- O PSD sabe que este é também um anseio urgente do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Marinhãs;*
- Fruto do forte crescimento e desenvolvimento urbanístico do lugar de Cepães, apesar de reconhecida a elevada complexidade técnica desta obra e a sua dimensão, ela assume-se como urgente e indispensável para a sustentabilidade daquela importante artéria da freguesia;*
- De igual modo, a antiga estrada nacional EN305, no troço que efetua a ligação entre as freguesias de Vila Chã e Curvos, carece de uma intervenção urgente devido ao seu avançado estado de degradação;*
- Esta intervenção estava previamente cabimentada e inserida na empreitada de pavimentações delineada pelo anterior executivo do PSD;*
- O estado de conservação desta via tenderá a agravar-se substancialmente com o início iminente das obras de saneamento básico na freguesia de Vila Chã, fruto do desvio e do natural aumento da intensidade do trânsito rodoviário naquela zona;*
- De igual modo, a degradação será ainda mais acentuada pelo decurso da empreitada na rua Bento da Mota que liga as freguesias de Antas e Forjães que impõe o desvio por ali;*
- Embora uma recomendação de teor semelhante tenha sido anteriormente rejeitada pela maioria que apoia o movimento "Mudança por Todos", o superior interesse das populações locais exige insistência e sentido de responsabilidade política, não só por parte do PSD, mas de todos os agentes políticos com assento nesta Assembleia.*

Nestes termos, o Grupo Político do PSD nesta Assembleia Municipal de Esposende, reunida em sessão ordinária de 30 de junho de 2026, recomenda ao Executivo Municipal, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara:

- 1. Avançar já, com celeridade, para o processo de requalificação estrutural e pluvial da*

Avenida da Praia, na freguesia de Marinhãs, aproveitando o projeto já elaborado pelo anterior executivo.

2. *Integrar como prioridade a execução com urgência da repavimentação do troço da antiga EN305 que faz a ligação entre Vila Chã e Curvos, salvaguardando o impacto do tráfego pesado decorrente das obras de saneamento e do impacto que esta terá no aumento do tráfego e no estado de conservação da via.*-----

Interveio o Sr. Deputado Municipal, João Paulo Torres, do Grupo Político do PPD/PSD, tendo apresentado uma Recomendação:

*“Ex.mo Senhor Presidente da Mesa e restantes membros que a compõe,
Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores,
Senhores Deputados Municipais,
Senhores Presidentes de Junta,
Senhores Presidentes das empresas municipais,
Demais público aqui presente,
Comunicação Social,*

Não me dirijo aos ausentes, nomeadamente aos que estão em transmissão, porque a transmissão estará em baixa, ao que podemos constatar pela informação que nos estão a dar e pelos nossos próprios dispositivos.

RECOMENDAÇÃO “PELA INCLUSÃO DE UM PONTO REFERENTE À CONTRATAÇÃO PÚBLICA NA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE”.-----

“Sr. Presidente,

Em abril do presente ano votamos favoravelmente à alteração da estrutura municipal, permitindo ao executivo adequar tal estrutura à sua dinâmica. Entendemos que era a postura adequada a um interesse legítimo de quem toma posse.

Pouco tempo decorreu de lá até aqui, mas o certo é que a alteração da estrutura interna facilmente converteu o até aqui discurso de excesso de gente, para um de falta de gente.

A não ser assim, não se entende como houvesse falta de pessoal no museu municipal, no desporto e - estamos a aguardar pelas novas entradas que se anunciam na praça para delas vir cá completar a lista. Enquanto representantes do povo não podemos deixar aqui de dizer cá dentro o que diz o povo lá fora: pagam-se apoios de campanha. E bastará cruzar os nomes e as listas da Mudança para se chegar a factos, não rumores.

Mas esta forma de gestão vai mais longe: vemos também vários contratos para "divulgação e promoção das actividades, eventos municipais e políticas desenvolvidas pelo Município de Esposende". Contratos esses feitos a empresas que giram nas redes sociais como meios informativos - percebendo-se assim porque em alguns deles a oposição nunca tem voz. Ainda que neste particular, em devido tempo, será perante a ERC averiguada a prática, dado que esta assembleia não é o local próprio.

A cereja no topo do bolo: a contratação da empresa a quem coube a edição do seu livro em período de campanha e a gestão da sua comunicação, para "Assessoria Especializada na Área da Comunicação". Entidade que conta no seu portefólio com obras como:

- Uma visão para o concelho de Esposende;

- Uma visão para Oliveira de Azeméis;
- Celorico: a minha perspectiva...

Entre outros...

Uma entidade com tanta visão é sempre bem-vinda, mesmo que por €18.000,00.

Neste contexto: diz o povo que "À mulher de César não basta ser honesta, deve parecê-lo", sendo certo que este tipo de contratações em nada abona à tão desejada transparência.

Propomos, pois, que em prol uma gestão mais transparente - e certos de que esta será uma marca anunciada da sua gestão:

Recomendação:

A Câmara Municipal passe a integrar na informação escrita do Presidente, para conhecimento desta Assembleia, uma listagem da contratação pública celebrada antes de cada Assembleia, ou pelo menos trimestralmente.-----

Intervio de seguida o Sr. Deputado Municipal, António José Morgado, do Grupo Político do PPD/PSD, tendo feito a seguinte intervenção política:

"Muito obrigado, Senhor Presidente.

Se me permite, antes de começar a minha intervenção, gostaria de, em nome do Grupo Político do PSD, cumprimentar de forma calorosa os membros desta Assembleia, representantes da Freguesia de Forjães, pela celebração no dia de hoje, do seu 37º aniversário e, na pessoa do Senhor Presidente de Junta, Vítor Quintão, pedia-lhe que enderece as nossas felicitações a todos os forjanenses.

Ex.mo Senhor Presidente da Mesa,

*Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal e restantes membros do executivo,
Senhores Vereadores,*

Ex.mos Senhores Deputados Municipais,

Senhores Presidentes de Junta,

Público presente,

E todos aqueles que nos acompanham a partir de casa.

Ao longo dos últimos meses, temos vindo a alertar para aquela que tem sido a marca deste mandato, liderado pela Mudança. Um mandato marcado pela falta de progresso e pela total ausência de uma visão estratégica para o concelho de Esposende.

O que vemos hoje é uma política de remendos, baseada numa estratégia de terra queimada, no clientelismo, e marcada por oportunidades perdidas. E porque a informação correta não chega a toda a gente, para quem assiste a esta Assembleia, vamos então a factos:

No mandato anterior, o executivo liderado pelo PSD deixou pronto a iniciar, um conjunto de intervenções urgentes, para requalificar e pavimentar as nossas estradas.

O planeamento estava feito, o financiamento estava garantido, o objetivo era simples, aproveitar o alargamento da rede de saneamento básico, para intervir na requalificação dessas vias, dotando-as de outras infraestruturas necessárias, repavimentando-as, dando-lhes mais dignidade e melhores condições de circulação.

Este executivo continuou e bem, o saneamento deixado pelo PSD. Mas de forma incompreensível, abandonou a pavimentação das estradas com maior desgaste, e a título de exemplo, falando apenas de uma só via que representa aquele que é o nosso cartão de visita, a

marginal de Esposende, dizer que é vergonhoso o estado de abandono em que este executivo atirou a nossa frente ribeirinha.

Com a via fissurada, a ciclovia totalmente degradada, sem pintura, muitas vezes sem os cuidados de limpeza adequados, o que temos para mostrar é uma triste realidade que se repete por quase todas as freguesias, que mais parece sugerir um concelho completamente abandonado, sem ter quem cuide dele.

Em fevereiro passado, nesta mesma Assembleia, a maioria que apoia esta Câmara, votou contra uma Recomendação do PSD, para avançar com essas pavimentações. Uma obra que estava pronta a arrancar desde outubro do ano passado.

O Movimento Mudança preferiu o jogo político ao bem-estar dos munícipes.

Preferiu a seguir fazer um conjunto de ajustes diretos e pequenos apoios para remendar buracos, e nada fazer de carácter duradouro.

A questão que se coloca é o porquê?

Não será por falta de financiamento, com toda a certeza.

Todos os municípios à nossa volta avançaram com a requalificação das suas vias, a seguir ao inverno rigoroso que tivemos. Enquanto isso, em Esposende, este executivo preferiu avançar com a requalificação de carreiras, nomeações políticas cirúrgicas e prestações de serviço para premiar quem votou. Uma decisão que no caso da reorganização interna, culminou com um mortal aumento no número de chefias, que terá impacto financeiro de carácter permanente nas contas do município, deixando para trás Juntas de Freguesia, Instituições e Clubes Desportivos que, pelo que se sabe, apesar dos Contratos Programa terem sido assinados há cerca de 6 meses, ainda não receberam a verba prometida.

Mas o que é mesmo inaceitável e inacreditável, é haver Presidentes de Junta eleitos por este movimento e independentes, a votarem contra o investimento nas suas próprias terras.

Aconteceu nas últimas sessões desta Assembleia. Isto quando os próprios pedidos que enviam para a Câmara, são precisamente na sua grande maioria, pedidos de apoios para reparar estradas e atender às necessidades mais urgentes da população.

Aconteceu nas pavimentações com Fão, Apúlia, Vila Chã e Curvos.

Mas aconteceu também em Gandra, com o chumbo do apoio ao relvado sintético do Gandra Futebol Clube.

Já agora, por sinal, esta era uma promessa da Mudança, não do PSD, porque o PSD sempre defendeu a realocização do estádio para outro lugar.

Senhores Presidentes de Junta,

Vocês foram eleitos para defender as vossas populações, não para fazer fretes políticos que prejudicam quem votou em vós. Esta atitude não se compreende, não se justifica e não se aceita. A verdade é só uma, não é com remendos que se constrói o futuro, não é com falsos critérios de mérito que se resolvem as carências das freguesias, e nunca será com base num amiguismo e no pagamento de favores que se desenvolve o território.

Senhores Deputados,

Senhores Presidentes de Junta,

Vejamos também o que se passa com a transferência de competências, o executivo garantiu que as verbas seriam fixas, e que não haveria mais apoios para gestão corrente das Juntas de

Freguesia.

Mas o rigor anunciado desaparece perante a realidade. Mais uma vez o PSD tinha razão, a medida nada mais é, do que um presente envenenado para os Senhores Presidentes de Junta, pelo menos para alguns.

Temos assistido à entrega de apoio extraordinário a certas Juntas de Freguesia, que por mera coincidência, são quase sempre as mesmas, e curiosamente partilham a cor política de quem governa o município.

Para nós, trata-se de uma dualidade de critérios intolerável, a Câmara tem o dever legal e moral de garantir a igualdade de tratamento e a coesão territorial, não podem existir esposendenses de primeira nem de segunda.

Enquanto umas freguesias recebem subsídios à medida das necessidades políticas do executivo, a outras são aplicados uma espécie de empréstimos por conta de transferências correntes, asfixiando a autonomia das mesmas.

*Senhores Presidentes de Junta,
Senhores Deputados,*

Mas se esta falta de equidade é o reflexo de um problema à vista de todos, a destruição de projetos estruturantes esconde um problema muito maior.

O retrocesso, o caso de Fão é o exemplo acabado do frete político. O projeto da residência de estudantes, crucial para consolidar o ensino, para fixar jovens e dinamizar a economia, foi deitado ao lixo, foi sacrificado para ceder a pressões políticas. Governar não é ceder a conveniências de alguns, governar é olhar pelo interesse coletivo.

Mas o maior retrocesso deste mandato, é a decisão de desistir da construção do novo Centro de Saúde de Esposende. O projeto, como todos sabem, previa uma obra de raiz, um terreno municipal junto à central de camionagem, um local estratégico, com ótimos acessos, com estacionamento. Para esta obra, tínhamos garantido seis milhões de euros do PRR, se tivesse sido iniciada no seu tempo e no tempo certo, estaríamos hoje por certo, perto da conclusão e, a celebrar um equipamento novo e moderno. Em vez disso, o executivo escolheu um remendo, nas instalações atuais, escondeu os custos reais e, ao manter o centro de saúde num edifício sem espaço para crescer, a Câmara esbarra agora na falta de estacionamento. Para resolver isto, terá que comprar terrenos a preços proibitivos em pleno centro da cidade.

Contas feitas, entre obras de requalificação, instalações provisórias e compra de terrenos para estacionamento, o capricho político de quem manda, poderá custar perto de cinco milhões de euros, ou seja, quase o mesmo que custaria um centro de saúde novo, mas, perdendo os fundos comunitários a fundo perdido.

Quem vai pagar esta fatura? Sabemos que o prazo do PRR acaba já no próximo mês, é a pergunta que lhe deixámos, Senhor Presidente. Mas esta decisão, para além do descalabro financeiro, representa também um dano social irreparável. Esta decisão bloqueia o crescimento da Santa Casa da Misericórdia de Esposende. Se o novo centro de saúde avançasse, o edifício atual poderia ter sido libertado para a Misericórdia criar mais camas de cuidados continuados, que tanta falta fazem aos nossos idosos. Mas com isto, a Câmara preferiu sacrificar a saúde e a rede social.

Será que a saúde e o setor social passaram a ser o parente pobre deste executivo?

Em suma, e para terminar, dizer-lhes Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, como já todos perceberam, embora não o digam, estamos perante uma gestão sem ambição,

sem rasgo e sem futuro. Vejam o que aconteceu com o Parque da Cidade, uma obra que este executivo ponderou não fazer e que mesmo avançando a custo, foi amputado em mais de 80.000 m2. Falam do custo do metro quadrado proposto para a aquisição do terreno por parte do proprietário, mas não dizem que a expropriação estava prevista, como aconteceu com os outros terrenos, e com o valor por metro quadrado definido por um avaliador da lista oficial do Estado, por valores muito abaixo, do pedido pelo proprietário do terreno em causa.

Não se compreende, será falta de coragem?

Será que não interessa, ou logo se verá o que sairá dali?

Mas não é caso único, e o que dizer da Casa Manuel Boaventura, em Palmeira de Faro?

Mais uma obra abandonada, deitada por terra, um investimento já feito, num espaço de enorme valor cultural e que tanto diz à freguesia de Palmeiras de Faro e à cultura do nosso concelho.

Senhor Presidente, perante este cenário de opacidade, discriminação e desperdício de fundos europeus, sabendo nós que o Metro, a ferrovia e o saneamento universal, nada mais são do que uma mentira de campanha, com a qual terá de lidar, a pergunta que todos os esposendenses lhe fazem é apenas uma, o que tem, afinal planeado para o futuro do nosso concelho, além das obras herdadas, de remendos e de desculpas?

Muito obrigado.”-----

Interveio depois a Senhora Deputada Municipal, Rita Tinoco Faria, do Partido Socialista, tendo referido:

“Muito boa noite,

Caro Senhor Presidente da Assembleia Municipal e respetiva Mesa,

Caros Senhores Deputados e Senhoras Deputadas,

Caro Senhor Presidente da Câmara Municipal e restantes Vereadores,

Caros Senhores Presidentes de Junta,

Caro público presente no auditório.

Vamos começar por uma Recomendação:

RECOMENDAÇÃO “QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE PROCEDA AO PREENCHIMENTO COMPLETO E TOTAL DA INFORMAÇÃO REFERENTE AOS PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA NO PORTAL BASE”.-----

“O portal BASE é a plataforma que permite a publicitação de todos os contratos públicos em Portugal, incluindo ajustes diretos e consultas prévias no âmbito do artigo 127.º do Código dos Contratos Públicos. O portal tem por função centralizar a informação mais importante relativa a todos os procedimentos de contratação pública, que são atualmente, obrigatoriamente desmaterializados. O portal configura um espaço virtual onde são publicitados os elementos referentes à formação e execução dos contratos públicos, permitindo assim o seu acompanhamento e monitorização.

A Câmara Municipal de Esposende, como qualquer outra entidade pública, está obrigada a usar este portal para dar cumprimento ao disposto no artigo 465.º do Código dos Contratos Públicos. Ou seja, a CME deve, obrigatoriamente, publicitar no Portal BASE os elementos referentes à formação dos contratos públicos. Uma pesquisa de qualquer cidadão no Portal

permite verificar que a CME tem, ao longo do mandato do atual executivo, realizado vários ajustes diretos para a contratação pública de bens e serviços. No entanto, qualquer cidadão verificará também que a informação lá contida é absolutamente mínima e traduz-se, na maior parte das vezes, no contrato final sem outras especificações que não seja a indicação das partes, da área de contratação, duração e valor.

Sucedem que, nos termos definidos na Portaria n.º 57/2018, incluindo a sublinha v) da alínea c) do n.º 1 do artigo 4º da Portaria, deve ser colocada no Portal "v) a publicitação dos contratos, incluindo anexos que costumam conter, por exemplo, os cadernos de encargos dos serviços a realizar.

Ora, nas informações contidas no Portal BASE para os ajustes diretos realizados nos últimos meses pela CME, faltam frequentemente informações que devem ser obrigatoriamente prestadas como seja 1) a explicitação precisa e completa dos bens, serviços ou obras objeto do contrato, os anexos aos contratos, assim como as demais peças que deveriam dar informação sobre o processo de seleção e aquisição, justificação dos ajustes diretos e adequação das características dos serviços, empresas e pessoas contratadas.

Pela consulta ao portal, ficamos a saber, por exemplo, que a CME tem elaborado vários contratos com pessoas individuais para apoio a serviços administrativos, museológicos e outros, mas não ficamos a conhecer a adequação das suas competências e currículos para os respetivos lugares. Também sabemos da contratação de diversos serviços, alguns dos quais se entende imediatamente o seu objetivo (ex. obras no que será o futuro parque de estacionamento na Rua 25 de Abril), mas outros cuja necessidade e objetivo não são claros, como sejam contratos para Aquisição de Serviços de Assessoria Especializada na Área da Comunicação-ou consultoria em matéria de publicidade em que a CME vai gastar 18.000 no próximo ano sem que se entenda com que finalidade e porque houve uma empresa em concreto a ser convidada para o efeito.

Alegarão que no executivo anterior também era assim, que o portal não estava totalmente preenchido e isso nem se costuma fazer. Até poderá ser. Mas, para além de tal ir ao arrepio da lei, a mulher de César deve "parecer honesta" e o atual executivo não pode alegar que tem mais méritos de transparência ou ética face aos restantes, sem que disso dê provas concretas nas suas atividades diárias.

Sob pena de o/as esposendenses duvidarem da justeza com que se selecionaram determinadas pessoas e empresas para certas tarefas e incumbências. E certamente que os responsáveis pelo executivo não quererão alimentar boatos de que já andam a pagar favores eleitorais a pessoas e empresas que estiveram a acompanhar a campanha da "Mudança" e agora se vêm premiadas com contratos com a Câmara.

Pelo exposto, o Partido Socialista recomenda que a Câmara proceda ao preenchimento completo e total da informação referente aos processos de contratação pública no Portal BASE.-----

Passo então à intervenção política do Partido Socialista,

Esposende cresce e anima-se no verão, com as práticas balneares, os turistas e os nossos emigrantes que regressam para rever as famílias e as suas tradições.

O Partido Socialista deseja-lhes, desde já boa viagem e bom regresso e, não podemos deixar de recordar também que, enquanto muitos portugueses gozam as suas férias merecidas, boa parte dos serviços da construção, da pesca e da agricultura, é assegurada por trabalhadores

estrangeiros que merecem o nosso respeito e um acolhimento humano e condigno.

O verão é igualmente época de tradições festivas, e o PS felicita o esforço das comunidades, das associações e das comissões de festas, que mantêm vivo o património material e imaterial do concelho, mas que, entretanto, parece que foram sequestradas por um ímpeto centralizador que veio a notícias hoje.

Parte essencial deste património imaterial de Esposende, sobretudo na época balnear, é o ambiente e os recursos naturais. E a este propósito, destacamos e parabenizamos o programa que a Associação Rio Neiva tem desenvolvido durante todo o mês, sobre o tema da água. Preservar este património passa também por gerir eficazmente os resíduos urbanos, e aqui temos ouvido o Senhor Presidente maldizer, um contrato assinado pelo executivo anterior com a SUMA, contrato face ao qual, como veremos no ponto 1 da ordem do dia, a Câmara acumula uma dívida de 228.000 euros, só em juros de mora, o luxo do lixo não é Senhor Presidente. E além de maldizer a SUMA, aponta o dedo aos munícipes, que produzam menos lixo, que separem mais, que tenham mais cuidado e ameçam-se aumentos de taxas de resíduos. Mas a Câmara não pode adotar uma atitude de Calimero, nem ameaçar os munícipes, agora corresponsabilizados pela situação, deve procurar soluções proactivamente. O serviço da SUMA é dispendioso e ineficaz, e o atual executivo tem-no aceitado, sem explicitar como vai pagar menos, ou exigir melhor.

Segundo a entidade reguladora, em Esposende é insatisfatória por exemplo, a percentagem de residências com infraestrutura de distribuição de água, a percentagem de residências com serviço efetivo de saneamento é também considerada insatisfatória, e a percentagem de residências com ecoponto a menos de 200 metros também é considerada insatisfatória, são apenas 44%.

Façamos, portanto, um exercício de imaginação, imaginemos que esquecemos que as pessoas que fazem parte do atual executivo, apoiaram o anterior, que têm razão nas queixas sobre a SUMA, que o executivo consegue planear o futuro em vez de só lamentar o passado. Imaginemos que existe vontade política para melhorar a gestão de resíduos, designadamente através da Esposende Ambiente e que existe uma verdadeira política ambiental para o concelho.

Imaginemos tudo isto, e exijamos que a Câmara cumpra a sua obrigação pondo fim a uma situação dispendiosa e ineficaz.

Mudar contentores em algumas zonas, ou apoiar ações pontuais de limpeza da costa não chega. Falta alargar a rede de ecopontos, pensar soluções integradas para zonas de restauração, acelerar o saneamento e ser transparente no tratamento das lamas.

Falta isto e muito mais, sobretudo para um município que ambiciona ganhar o prémio “Green Leaf” de 2028.

O Partido Socialista exige, portanto, que a Câmara contribua para o bem-estar diário dos esposendenses, sem choros sobre o leite derramado, e sem dedos acusatórios a exigir aos cidadãos obrigações impossíveis de cumprir, quando o poder público tem falhado, e continua a falhar na parte que lhe compete.

Muito obrigada!”-----

Interveio ainda a Senhora Deputada Municipal, Sara Herdeiro, do Grupo Político do Movimento Mudança por Todos, tendo apresentado um Voto de Pesar e feito uma intervenção política.

“Começo pelo Voto de Pesar que será apresentado por todos os Grupos Políticos.

VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE TATIANA ALEXANDRA DA SILVA DIAS HIPÓLITO.-----

“Foi com profunda tristeza e consternação que a nossa comunidade tomou conhecimento do falecimento de Tatiana Hipólito, aos 25 anos.

Natural de Fão, Tatiana Hipólito deixa um legado que ultrapassa o seu notável percurso na patinagem artística. Foi atleta, treinadora e professora, dedicando grande parte da sua vida à formação de jovens, à promoção do desporto e ao engrandecimento do Hóquei Clube de Fão, onde era uma referência pelo seu talento, dedicação, generosidade e espírito de entrega.

A coragem e a dignidade com que enfrentou a doença ao longo dos últimos anos constituem um exemplo de força e resiliência que jamais será esquecido. A sua partida deixa um vazio profundo na família, nos amigos, na comunidade desportiva e em todos os que tiveram o privilégio de privar com a sua alegria, humanidade e permanente disponibilidade para os outros.

Neste momento de dor, a Assembleia Municipal de Esposende apresenta as mais sentidas condolências à sua família, ao Hóquei Clube de Fão, aos seus colegas, alunos e amigos, associando-se ao luto que hoje une toda a comunidade de Fão e do concelho de Esposende.

Que a memória de Tatiana Hipólito permaneça viva através do exemplo que deixou, do carinho que semeou e das muitas vidas que inspirou.”-----

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Senhoras e Senhores Vereadores,

Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

Estimados esposendenses aqui presentes ou que nos acompanham através dos meios digitais,

Hoje queremos destacar uma decisão que merece ser valorizada porque representa o cumprimento de um compromisso político claro: o reforço do apoio às freguesias.

Desde o primeiro momento, o Movimento Mudança defendeu que as freguesias deveriam dispor de mais recursos, maior autonomia e melhores condições para responder às necessidades das suas populações. Sempre afirmámos que quem está mais próximo das pessoas conhece melhor os seus problemas e, por isso, deve ter também mais capacidade para os resolver.

É, por isso, com satisfação que vemos concretizada mais uma medida que integra a visão política que defendemos para o concelho. O reforço das verbas transferidas para as juntas de freguesia, associado ao alargamento das competências e ao financiamento para investimentos e manutenção de equipamentos públicos, representa um passo importante no fortalecimento do poder local.

Este reforço financeiro permitirá que as freguesias intervenham com maior rapidez, planeiem melhor os seus investimentos e prestem um serviço de maior qualidade às populações. É esta a descentralização em que acreditamos: uma descentralização responsável, acompanhada dos recursos necessários e baseada na confiança entre o Município e as freguesias.

Mas também não ignoramos a realidade. A situação financeira do Município é exigente e obriga a uma gestão rigorosa, responsável e transparente. Os números apresentados

demonstram que existem desafios importantes pela frente e que será necessário definir prioridades, controlar a despesa e criar condições para reforçar a capacidade financeira da autarquia.

É precisamente nestes momentos que a política deve ser feita com sentido de responsabilidade e não com interesses partidários. O Movimento Mudança continuará a apoiar todas as decisões que beneficiem o concelho, independentemente de quem as propõe, porque o nosso compromisso é com Esposende e com os esposendenses.

O reforço do apoio às freguesias não é apenas uma medida administrativa. É uma opção política. É acreditar que o desenvolvimento do concelho começa em cada freguesia, em cada lugar e em cada comunidade.

Este era um compromisso assumido pelo Movimento Mudança. Hoje vemos mais um passo na sua concretização e, naturalmente, saudamos esta decisão.

Continuaremos, porém, a acompanhar a sua execução, para garantir que os recursos chegam efetivamente às freguesias, que são aplicados com rigor e que se traduzem em melhores serviços, mais qualidade de vida e maior coesão territorial.

Porque é essa a nossa forma de fazer política: apresentar propostas, contribuir para as soluções, reconhecer aquilo que é positivo e continuar a trabalhar para construir um concelho mais forte, mais próximo e mais justo para todos.

Muito obrigada.-----

Pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia foi proposto que o Voto fosse colocado de imediato à votação, tendo-se obtido a seguinte deliberação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR, APRESENTADO POR TODOS OS GRUPOS POLÍTICOS COM ASSENTO NESTA ASSEMBLEIA, MANIFESTANDO O MAIS PROFUNDO PESAR PELO FALECIMENTO DE TATIANA ALEXANDRA DA SILVA DIAS HIPÓLITO, ENVIANDO AS MAIS SINCERAS CONDOLÊNCIAS À SUA FAMÍLIA, AO HÓQUEI DE FÃO, AOS COLEGAS, ALUNOS E AMIGOS.-----
MAIS DELIBEROU, DAR CONHECIMENTO FORMAL DESTA DELIBERAÇÃO À FAMÍLIA ENLUTADA.-----

Pelas 21 horas e 50 minutos, foi pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, proposto, prorrogar o Período de Antes da Ordem do Dia, por mais 30 minutos. Colocado a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.-----

Interveio depois a Senhora Deputada Municipal, Olga Dias, do Grupo Político do Movimento Mudança por Todos, fazendo a intervenção que se segue:

*“Senhor Presidente da Assembleia Municipal,
Senhor Presidente da Câmara Municipal,
Senhoras e Senhores Vereadores,
Senhoras e Senhores Deputados Municipais,
Estimados esposendenses aqui presentes ou que nos acompanham através dos meios digitais,*

Antes da minha intervenção política, gostaria só de dizer algumas palavras sobre uma data que merece ser assinalada, tal como já foi referido pelo Senhor Presidente de Junta, Vítor Quintão.

Hoje evocamos o 37º aniversário de elevação de Forjães a Vila, um momento marcante na história da freguesia. Quero hoje prestar a minha homenagem a todos aqueles que contribuíram para o seu progresso e para o seu desenvolvimento. Parabéns a Forjães e a todos os forjanenses.

Há decisões políticas que merecem ser reconhecidas porque representam mais do que um ato administrativo ou financeiro. Representam uma visão para o concelho e uma forma diferente de olhar para as pessoas. A aprovação da adenda ao Protocolo de Cooperação com as 17 IPSS do concelho é precisamente uma dessas decisões.

O Movimento Mudança para Todos saúda esta medida.

Fá-lo porque entende que investir na rede social do concelho não é uma despesa: é um investimento na dignidade das pessoas, na coesão territorial e no futuro de Esposende.

O aumento imediato de 20% do apoio financeiro às IPSS é uma resposta necessária à realidade que estas instituições vivem diariamente.

Todos sabemos que os custos com recursos humanos, equipamentos e funcionamento têm aumentado significativamente. As IPSS têm sido chamadas a fazer mais, com maiores exigências e, muitas vezes, com recursos insuficientes. Era, por isso, justo que o Município acompanhasse esse esforço.

Mas o aspeto mais relevante desta decisão não é apenas o reforço financeiro. É a mudança do próprio modelo de financiamento.

Passamos de um sistema essencialmente baseado em valores fixos para um modelo que valoriza a qualidade das respostas, a inovação, a qualificação dos profissionais, o trabalho em rede e o impacto social efetivo. Um modelo mais transparente, mais exigente, mas também mais justo, porque reconhece e incentiva quem trabalha melhor e quem consegue gerar maior valor para a comunidade.

Esta é uma filosofia que o Movimento Mudança para Todos sempre defendeu: as políticas públicas devem premiar o mérito, promover a eficiência e colocar os recursos onde eles produzem maior benefício para as pessoas.

Num concelho que enfrenta um envelhecimento progressivo da população e onde as respostas sociais assumem um papel cada vez mais determinante, torna-se essencial fortalecer as instituições que estão diariamente ao lado dos nossos idosos, das famílias, das pessoas com deficiência e de todos aqueles que mais precisam.

É igualmente de saudar que este compromisso vá além do financiamento.

O reforço do apoio técnico às IPSS, através da preparação de candidaturas, do acompanhamento de projetos e da partilha de conhecimento, demonstra uma visão moderna da cooperação entre o Município e o setor social. Hoje, apoiar não significa apenas transferir verbas; significa criar condições para que as instituições cresçam, inovem e prestem melhores serviços.

Também valorizamos a articulação com o Governo e a realização de momentos de trabalho conjunto com a Secretaria de Estado da Ação Social e da Inclusão. Os desafios sociais não se resolvem isoladamente. Exigem cooperação entre o poder local, a administração central e as instituições da economia social.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

O Movimento Mudança para Todos acredita que a política deve ser capaz de reconhecer aquilo que é positivo, independentemente da sua origem.

Quando uma decisão vai ao encontro do interesse público, fortalece o tecido social do concelho e melhora a qualidade de vida das pessoas, deve merecer o nosso apoio.

Esta medida traduz exatamente esse espírito.

Representa um compromisso claro com uma política social mais moderna, mais exigente, mais transparente e mais centrada nas pessoas.

Por isso, saudamos esta decisão e manifestamos a expectativa de que este seja apenas mais um passo na construção de um concelho onde ninguém fique para trás e onde as instituições que diariamente cuidam dos mais vulneráveis encontrem no Município um parceiro permanente, responsável e comprometido.

Porque uma verdadeira mudança faz-se colocando sempre as pessoas em primeiro lugar.

Muito obrigada.-----

Por último, interveio o Sr. Deputado Municipal, Francisco Melo, do Grupo Político do Movimento Mudança por Todos, fazendo a intervenção que se segue:

“Exmos.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Senhor Presidente da Câmara Municipal

Senhoras e Senhores Vereadores,

Senhoras e Senhores Deputados Municipais

Senhores Presidentes de Junta,

Estimado público aqui presente e caros munícipes que nos seguem através da plataforma de transmissão,

Há pouco, quando estava a ouvir aqui o líder político do PSD, o Senhor Deputado António Morgado e a alusão aos temas do Centro de Saúde, da Residência Universitária, da Casa Manuel Boaventura, recordava-me um programa que deixou saudades na nossa televisão e que, se calhar, muitos se devem recordar, o contrainformação, em que os personagens políticos do Partido Comunista eram apelidados do cassete Cunhal, do cassete Carvalhas, porque enfim, estavam sempre a repetir as mesmas coisas. E, parece-me aqui, que começa a surgir também um novo boneco, que é o cassete Morgado, que todas as Assembleias vem sempre com os mesmos assuntos. Enfim, não obstante o mundo prosseguir, não podemos ficar parados no mesmo tempo.

Enfim, espero que o PSD ultrapasse a indigestão, em que parece que ainda está desde as eleições e possa aqui também neste palco, reconhecer coisas boas que estão a ser feitas, porque sim, nem tudo é mau, nem tudo é retrocesso, alegadamente, temos o aumento do apoio às freguesias, o aumento do apoio às nossas instituições locais, temos também obras que estão em curso, que vinham do tempo do PSD, porque nós não primamos por rasgar o que vinha do passado, o que é bom é para continuar, porque os superiores interesses dos esposendenses estão em primeiro lugar.

Bom, a verdade é que rapidamente estamos já no final do primeiro semestre de 2026.

Tempus fugit, já assinalavam os nossos antepassados da Lusitânia e, a verdade é que, num ápice, já passou meio ano, ou, se quisermos ser mais precisos, 8 meses desde que os esposendenses decidiram abrir um novo ciclo político no nosso concelho, como é normal numa democracia saudável.

Os esposendenses não votaram apenas numa mudança de protagonistas.

Votaram numa mudança de atitude.

Numa forma diferente de governar.

Uma governança mais próxima, mais transparente e mais dinâmica.

E é precisamente isso que hoje começa a ser visível.

Importa, pois, fazer um retrato rigoroso da situação que este Executivo encontrou, pois só conhecendo o ponto de partida é possível avaliar, de forma justa e rigorosa o caminho que, entretanto, começou a ser percorrido.

Quando este Executivo tomou posse, em 31 de outubro de 2025, encontrou uma realidade financeira muito diferente daquela que durante anos foi apresentada aos esposendenses.

É o caso do resultado líquido negativo do exercício superior a 4,6 milhões de euros.

É o caso da dívida a fornecedores correntes superior a 4,2 milhões de euros e pagamento a fornecedores superior a 120 dias.

É o caso também do modelo financeiro profundamente desequilibrado na área dos resíduos urbanos, onde a receita cobrada aos municípios cobre apenas cerca de 40% da despesa efetiva, obrigando o Município a suportar um prejuízo anual na ordem dos 2,5 milhões de euros. Uma situação particularmente preocupante quando verificamos que a última atualização da tarifa de resíduos ocorreu em 2012, apesar dos custos de tratamento de resíduos terem aumentado desde essa altura em mais de 300%.

É o caso ainda de um Município que possui uma reduzida capacidade de gerar receita própria, sobrevivendo essencialmente através das transferências do Estado, dos fundos comunitários e das receitas urbanísticas, sendo estas, inclusivamente, das mais reduzidas quando comparadas com muitos municípios da mesma dimensão.

Como diria Otto Glória, “sem ovos, não há omeletes”.

Mas os esposendenses não nos elegeram para encontrar desculpas.

Elegeram-nos para governar.

E governar significa decidir, mesmo quando as decisões não são as mais fáceis.

Foi isso que este Executivo fez.

Desbloqueou o Parque da Cidade, uma obra que permanecia parada.

Teve a coragem política de cancelar projetos que, após análise técnica e financeira, não reuniam condições para avançar de forma responsável.

Retomou de forma determinada a revisão do Plano Diretor Municipal, um processo que durante anos permaneceu praticamente estagnado e que é absolutamente decisivo para o futuro do concelho.

Iniciou o trabalho necessário para implementar, finalmente, o estacionamento pago em Esposende e Apúlia, garantindo maior rotatividade e melhor organização do espaço público.

Avançou igualmente com todo o processo que permitirá implementar ainda este ano a taxa turística, transformando uma intenção repetidamente anunciada numa realidade concreta.

Colocou o planeamento urbanístico novamente na agenda do Município.

Está em desenvolvimento o estudo da Estrada Real.

Está em preparação a Unidade de Execução da Zona Industrial de Fão/Fonte Boa, essencial para criar condições de crescimento económico e atrair investimento.

No litoral, deu início à renovação integral dos passadiços da frente marítima de Apúlia e recuperação em Fão, Antas e Esposende; estando prevista intervenção em Belinho.

Foi dado seguimento aos passadiços da zona dos Moinhos, em Apúlia. E será igualmente iniciada a requalificação integral dos passadiços da Restinga de Ofir.

Mas talvez uma das maiores mudanças tenha acontecido na relação institucional do Município com as juntas de freguesia e as instituições locais e, porque vale a pena sublinhar, também com o próprio Estado.

Hoje existe diálogo.

Hoje existe cooperação.

Hoje existe presença.

Construíram-se pontes com as juntas, IPSS's e os diversos Ministérios do Estado. Foi possível redefinir o enquadramento dos projetos financiados pelo PRR, assegurando a continuidade da requalificação do Centro de Saúde e financiamento para a requalificação da Escola Básica de Criaz, em Apúlia.

Com o Ministério do Ambiente garantiu-se financiamento para a recuperação dos estragos provocados pelas intempéries, e está-se a trabalhar na navegabilidade do rio Cávado e a melhoria das condições de segurança no acesso das embarcações à barra.

Com o Ministério das Infraestruturas recolocou-se na agenda nacional duas reivindicações históricas do concelho: a requalificação da EN13 e a Variante a Esposende.

Os esposendenses sabem que, contrariamente ao passado recente, encontram hoje em Carlos Silva e na sua equipa uma Câmara presente e disponível, que trabalha diariamente para encontrar soluções.

É precisamente aqui que se encontra a diferença relativamente ao passado.

Durante muitos anos assistimos a uma governação que privilegiou a gestão corrente.

Foi esse compromisso que assumimos.

É esse compromisso que estamos a cumprir.

E é esse compromisso que continuará a orientar toda a ação deste Executivo.

Porque a mudança não é um slogan.

É uma forma de governar.

Muito obrigado."-----

Terminadas as intervenções, o Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas pelos senhores deputados municipais.-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi dito o seguinte:

"Cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia e a Mesa,

Cumprimento os Vereadores,

Cumprimento todos os Deputados Municipais,

Presidentes de Junta,

Público que está aqui presente e que está à distância.

Primeiro começo por dar os parabéns à Vila de Forjães e a todos os forjanenses que estão aqui presentes e a todos que estão a ver-nos e todos os outros, pela elevação da freguesia de Forjães a Vila, há 37 anos.

Posto isto, eu vou começar por responder ao Deputado André Carvalho, do Chega, que deve estar um bocado confuso, porque a obra da estrada Bento da Mota, o prazo final, que é uma obra começada pelo PSD, é em 26 de abril de 2027. Mas não deixa de ter alguma razão, porque uma das coisas que eu pedi à DOM – Divisão de Obras Municipais, é que coloquem o início da obra e o fim da obra, a data. Não é 300 dias, depois ninguém sabe quando é que é. Mas para sua informação, a obra foi consignada em 3 de novembro de 2025, já vinha de trás, e está previsto o seu término a 26 de abril de 2027, mas tudo aponta para que fique terminada antes.

Portanto, não vejo qual seja o problema, foi provavelmente uma falta de informação, mas eu reconheço que o cartaz não seja elucidativo, vamos tentar melhorá-lo.

Portanto, não foi apanhado de surpresa!

Quanto ao estacionamento, será gratuito e já agora, respondo também, eu penso que do PSD alguém fez a questão do terreno, o terreno foi negociado pelo anterior executivo e é público, o anterior executivo propôs os duzentos e setenta e cinco mil euros, o dono queria trezentos e cinquenta e nós, comprámos por duzentos e setenta e cinco, dando continuidade ao processo do PSD, e decidimos fazer o parque de estacionamento.

Das intervenções seguintes, Deputado António Torres, Recomendação para requalificação das vias estruturantes, nós não andamos aqui avulso, nós tomamos a decisão desde o princípio, de fazer as coisas, há coisas urgentes, mas há coisas mais urgentes que outras, e nós temos um plano. Aliás, presumo que venha de Vila Chã para baixo, pelo S. Lourenço e não pela estrada 305, certo?

Então, se for há-de reparar que já está a ser intervencionada.

Portanto, nós primeiro fizemos intervenção nas mais prementes que era de Apúlia, que era a Avenida da Praia, que era a Rua do Facho, lamento que não nos tenham dito e assinalado esse facto, e depois, como sabe a Avenida da Praia é um problema grave, que nunca foi resolvido nestes anos todos, nós sabemos, estamos a discutir o assunto, não é fácil a solução, mas não precisa de nos lembrar, que nós sabemos exatamente o que é que se passa.

E não é só lá, também na estrada real temos um problema grave.

Temos uma herança de uma estrada completamente sem estudos urbanísticos, umas casas para a frente, outras casas para trás e nós estamos a ver se conseguimos “suster” esse caos desorganizado. Espero que da próxima vez traga uma Recomendação para fazermos um estudo urbanístico. Mas, são coisas que nos preocupam, portanto nós não precisamos dessa Recomendação porque nós já sabemos disso.

Quanto ao Deputado João Paulo Torres, é advogado presumo eu, e sabe que estes contratos, tem todo o direito, se vir que há alguma anomalia só tem é que denunciar.

Eu acredito que os nossos técnicos tenham atuado de boa-fé e dentro da lei. Aliás, há aqui exemplos mesmo dentro do seu partido, que também prestam serviços a outras Câmaras e presumo até, que tenha sido por ajuste direto, não tenho a certeza, mas provavelmente alguns. Eu espero que faça também essa Recomendação lá nessas Câmaras, portanto, é um mecanismo legal.

Mas deixe-me já dizer-lhe uma coisa em relação à comunicação, preocupou-se com o livro, leu o livro, o plano para o concelho? Aconselho-o a ler. Eu ofereço-lhe um.

Deixe-me dizer em relação à comunicação, foi dezoito mil euros, sabe quanto é que o PSD gastou em comunicação em 2025? Vinte mil euros numa prestação de serviços, quarenta mil

numa empresa, e o PSD contratou uma empresa que lhe fez a campanha, cujo contrato foi assinado a 1 de outubro, por trinta e oito mil euros. Portanto, vocês não têm nenhuma moral para vir falar nesse sentido. Portanto, transparência, está transparente que estão lá.

Quanto ao Arquiteto António Morgado, “falta de progresso, falta de visão estratégica”. Vem-me dizer isso, quando encontrarmos uma Câmara sem planeamento, sem regulamentos, à deriva. Isto bate com as chefias que falaram, não havia chefias. Isto é um exército sem capitães, sem majores, isso responde à vossa pergunta sobre a reestruturação que é a sua pergunta, nós diminuimos o número de unidades, de chefias e, diminuimos o número de horas extraordinárias.

A maior parte das pessoas que foram nomeadas ganham o mesmo, não ganham mais. Nós com estas nomeações, algumas foram reconduzidas, gastamos vinte e cinco mil euros no ano. E nós queremos, que não aconteça isso que é falta de planeamento, por exemplo, o planeamento não tinha chefe. Como é que é possível um planeamento não ter um chefe? É impensável, portanto, era obrigação.

Em relação às estradas, a marginal não está assim muito mal, há outras muito piores. Eu sei que provavelmente queriam reestruturar primeiro a marginal antes da Avenida da Praia e a Rua do Facho. Mas não é assim, nós temos prioridades e eu passo por lá todos os dias e não acho que esteja assim tão mal, quanto isso.

Nós não somos, como sabe, um município rico, também nos deixaram com as contas um bocado atrapalhadas, com as contas em mau estado e, já agora, deixe-me dizer, quando diz que não temos estratégia, nós herdamos o Município com quatro milhões e seiscentos mil euros e pagamentos a 120 dias. Neste momento, estamos com quatro milhões e setecentos mil euros, mais cem mil euros e a 110 dias. Mas todos os meses levámos com o aumento da dívida de cento e cinquenta mil euros, devido ao contrato de luxo, referente ao lixo.

Portanto, nós estamos aqui numa ginástica para bem, não nosso, mas também para seu bem e para bem dos munícipes, para bem de Esposende.

A pintura, quer a ecovia pintada para quê, quando temos buracos nas estradas.

Há prioridades, eu aconselho-a a ir a um oftalmologista, porque não está a ver bem o que se está a passar no município de Esposende e nas freguesias.

Portanto, sobre as chefias já lhe respondi.

Não há regulamentos para a taxa turística, vamos implementá-la, não há para as esplanadas, os regulamentos não existem, a taxa do lixo não é atualizada há mais de 12 anos, isso é que é estratégia? Nós agora temos estratégia em relação a isso.

Já agora, os Presidentes da Junta, já que falou nos Presidente da Junta, que os tratamos de uma forma diferente, quero-lhe dizer que herdamos uma dívida de um milhão de euros, porque vocês trataram de forma diferente os Presidentes da Junta. Trataram quatro juntas de uma forma diferente e nós estamos agora a pagar isso.

Eu desafio os Presidentes das juntas que estão aqui, se algum deles nos pediu alguma coisa que nós não tivéssemos dado, que não tivéssemos conversado.

Eu sei que só foi a uma junta de freguesia, mas vá visitá-las a todas, eu desafio-o a dizer que há um tratamento diferente, desafio-o.

O Senhor Deputado começou por dizer factos, diga um facto, pergunte aos Senhores Presidente da Junta, se alguma vez não foram recebidos, se algum não foi atendido. Aliás, às vezes até somos mais proativos e eu vou dar aqui um exemplo, o Senhor Presidente da Junta de Antas, nós reabilitamos o passadiço, nem ele sabia.

Portanto, nós fazemos intervenção proativa e preemptiva.

Antes de vir para cá, pergunte ao Senhor Presidente da Junta.

Quanto à falta de equidade, já respondi e aconselho-o a visitar as freguesias.

Depois, outra vez em relação ao centro de saúde, outra vez em relação à residência, realmente o Deputado Francisco Melo já respondeu, já começa a ser, uma mentira dita muitas vezes não se torna numa verdade, portanto, já se torna um bocado ridícula.

Quanto ao estacionamento, foi a compra do terreno que demos seguimento e fizemos estacionamento por noventa e dois mil euros. Damos maior dignidade àquele espaço, maior regulamentação e, eu sei que no fundo, aquilo foi um bom investimento.

Nós apostamos na saúde e na parte social, viu que o exemplo da parte social em que tratamos todas de uma forma igual, conforme o trabalho que elas apresentam e a qualidade. E nós apostamos na parte social, e eu só quero que me digam se algum doente, com a reabilitação do centro de saúde, ficou sem ser atendido, se houve alguém que não foi, por falta de transporte. Sabem quantos transportes foram feitos para o centro de saúde? Estavam tão preocupados, foram uns 20 ou 30.

Mas é engraçado que eu fui ver depois e não se preocuparam com esses doentes, quando o centro de saúde foi de Apúlia para Fão. Eu acho que são muito importantes estes debates, e é por isso que eu também acho que deve haver debates e não apenas declarações de voto, em que nós depois não podemos ripostar. E já agora, e vou aproveitar isso para lhe dizer, há uma freguesia que não tem transporte para o centro de saúde.

E que eu descobri que não tinha transporte para o centro de saúde. Vocês fizeram-me ver isso, e então nós vamos pedir alteração do circuito, que é Vila Chã, e nunca os vi preocupados.

Portanto, não me diga a mim que não tenho coragem.

Se não tivesse coragem, você não estava aí hoje, estava ali. Se eu não tivesse coragem, se nós não tivéssemos coragem, quem estava aqui era o PSD.

Vem-me dizer a mim que não tive coragem? Nós não tivemos coragem? Está muito enganado.

O futuro, é a mudança! Mudança de paradigmas, é controlar a dívida, termos receitas próprias, apostar na saúde, apostar na parte social, se nós conseguirmos ao fim de 2 ou 3 anos, conseguirmos que haja uma nova ERPI, que haja um CACI, que é o centro de apoio aos deficientes, então isso já é uma obra, porque nós investimos acima de tudo nas pessoas.

Dou por terminada a minha intervenção em relação às questões do PSD.

Em relação à Deputada Rita Tinoco, não sei muito bem o que lhe diga, é muita parra e pouca uva, porque chega ao fim e não consigo entender, a não ser quando faz declarações de voto, como fez aqui há uns tempos, em que insinuou, que nós éramos culpados quase, pela morte de um jovem, porque um cão atravessou a estrada, insinuou isso e isso é que é grave.

Agora, há uma coisa que eu reparei, é muito enviesada a sua visão e vou-lhe dizer aqui, olhos nos olhos, nunca elogiou uma única medida deste executivo, mas é engraçado que pegou na Associação Rio Neiva e elogiou a Associação. Sabe quem é que apoia a Associação Rio Neiva?

Nunca vi a Deputada Rita Tinoco e desafio-a na próxima Assembleia Municipal, a dizer uma medida que seja boa, vê tudo negro.

Em relação ao contrato com a SUMA, é lógico que nós temos que apostar na separação e estamos, ao contrário do que possa pensar, a fazer todas as diligências para que este encargo que nos foi deixado, seja diminuído. E já agora, deixe-me dizer em relação ao contrato do lixo que eu perguntei a mim mesmo, como é que foi possível fazer um contrato de lixo? E houve

alguém que fazia parte que disse assim, “atenção que isto vai ser uma dívida muito grande”. E alguém disse na altura, “nós vamos ter que aumentar a tarifa”. “Isso fica para depois”. Empurrar o problema para a frente, é um problema mesmo. Há uma coisa com que eu concordo com a deputada Rita Tinoco, que nunca concorda comigo, mas eu concordo com ela em algumas coisas.

Nós estamos também a fazer com que haja mais ecopontos, nós sabemos que há necessidade de mais ecopontos e não os temos.

Em relação às infraestruturas, deixe-me dizer uma coisa, nós não damos apenas seguimento aos projetos, aqueles que achámos que não são importantes, não são. Aos outros damos seguimento, mas até já os alteramos. Por exemplo, o saneamento, já que falamos da requalificação, muito mais importante do que fazer uma requalificação numa estrada com uma pequena película, é por exemplo, na Rua 13 de maio, estão a fazer o saneamento. Mas nós vamos acrescentar a instalação subterrânea das infraestruturas das redes de comunicações, para que não seja necessário daqui a 2 ou 3 anos estarmos a levantar. O mesmo irá acontecer em todos os projetos, nas ruas principais, temos que pensar no futuro, isso é que é planejar, isso é que é estratégia.

Quero agradecer todos os comentários e a intervenção dos membros da Assembleia do Grupo da Mudança e agradecer-vos a vocês, porque acabaram por me permitir demonstrar, que têm uma visão que não é verdadeira, têm uma visão que é muito nublada. E, portanto, obrigado pelas vossas perguntas, tornam o meu trabalho muito mais fácil.

Obrigado!”-----

De seguida, pelas 22 horas e 20 minutos pelo Senhor Presidente da Mesa foi proposto suspender os trabalhos por 10 minutos para conferência de líderes, a fim de discutirem as Recomendações apresentadas.-----

Pelas 22 horas e 30 minutos foram retomados os trabalhos, tendo-se procedido à votação das Recomendações apresentadas, tendo-se obtido as seguintes deliberações:

1 - RECOMENDAÇÃO “REQUALIFICAÇÃO DE VIAS ESTRUTURANTES NO CONCELHO (MARINHAS, VILA CHÃ E CURVOS)”-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 19 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO MOVIMENTO MUDANÇA POR TODOS E DO PRESIDENTE DE JUNTA DA FREGUESIA DE VILA CHÃ, E 16 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DA DEPUTADA DO PS E DO DEPUTADO DO CHEGA, REJEITAR A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD.-----

Pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Marinhos, foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“A Junta de Freguesia de Marinhos em boa hora, logo no início do mandato, indicou à Câmara Municipal de Esposende, vários investimentos que considera fundamentais para o desenvolvimento de Marinhos. Acabar com a acumulação de águas na Avenida da Praia, foi uma delas. Assim, agradecemos a preocupação do grupo do PSD que é a nossa, contudo,

votamos contra, porque não precisamos de recomendações, mas que a Câmara Municipal não demore mais 20 anos, para avançar com a obra.”-----

2 - RECOMENDAÇÃO “PELA INCLUSÃO DE UM PONTO REFERENTE À CONTRATAÇÃO PÚBLICA NA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE”.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 19 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO MOVIMENTO MUDANÇA POR TODOS E DO PRESIDENTE DE JUNTA DA FREGUESIA DE VILA CHÃ E, 16 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DA DEPUTADA DO PS E DO DEPUTADO DO CHEGA, REJEITAR A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD.-----

3 - RECOMENDAÇÃO “QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE PROCEDA AO PREENCHIMENTO COMPLETO E TOTAL DA INFORMAÇÃO REFERENTE AOS PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA NO PORTAL BASE”.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 19 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO MOVIMENTO MUDANÇA POR TODOS E DO PRESIDENTE DE JUNTA DA FREGUESIA DE VILA CHÃ E, 16 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DA DEPUTADA DO PS E DO DEPUTADO DO CHEGA, REJEITAR A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD.-----

Pelo Grupo Político do Movimento Mudança por Todos, foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“O grupo municipal Mudança por Todos vota contra a presente recomendação. Não deixa de ser extraordinário — e permitam-nos o sublinhado — que o PSD, partido que esteve no poder no município de Esposende desde a entrada em vigor do Código dos Contratos Públicos, venha agora, precisamente no momento em que transitou para a oposição, manifestar esta súbita e renovada preocupação com a revelação de informação relativa aos processos de contratação pública no Portal Base.

Durante todo o período em que geriu os destinos do município, o PSD teve oportunidade sobeja — e o dever legal — de assegurar o preenchimento completo e tempestivo desta plataforma, enquanto instrumento essencial de transparência da contratação pública. Não o fez com o rigor que agora, da bancada da oposição, reclama. Custa-nos, por isso, a reconhecer nesta recomendação uma preocupação genuína e desinteressada, e não antes um exercício de oportunismo político, tanto mais visível quanto contrasta com a inação do próprio partido enquanto teve nas mãos essa responsabilidade.

Sem prejuízo do que fica dito, cumpre notar — e é de justiça fazê-lo — que o atual Executivo está já a proceder à revelação da informação em causa, num esforço de transparência que se tem afirmado como um dos desígnios centrais desta nova governação, precisamente por contraponto à prática seguida durante os anteriores mandatos liderados pelo PSD.

O grupo municipal Mudança por Todos reitera, por isso, o seu compromisso com a transparência da contratação pública e com o escrutínio efetivo dos procedimentos

concursais, entendendo que tal desígnio se cumpre com atos e não apenas com recomendações de circunstância.”-----

INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:_____

Terminadas as votações, o Presidente da Mesa da Assembleia passou a palavra à Deputada Rita Faria que colocou as seguintes questões sobre a Informação escrita ao Senhor Presidente da Câmara, nos seguintes termos:

“Antes de mais Senhor Presidente da Câmara, eu gosto pouco que me apontem o dedo e não estou aqui para afagar egos, o meu papel é da oposição, sempre foi, na campanha e agora, se ler a Lei das Autarquias Locais, a obrigação da Assembleia Municipal é fiscalizar, aprovar, fiscalizar, aprovar, deliberar, autorizar. Não percebo!

Portanto, que fique claro qual é o meu papel aqui, é da oposição e é no lugar da oposição, como oposição, que vou fazer questões.

Perguntas sobre a informação escrita do Presidente, na verdade, é o que não consta da informação escrita, ou seja, há atividades que eu sei que estão a decorrer e que não constam da informação escrita.

Auditoria às contas da Câmara, como é que está a correr?

Esta Assembleia Municipal tem aprovada a Constituição de uma Comissão de acompanhamento, em que estado é que está o processo? E se já houve oportunidade de especificar melhor o objeto do contrato.

Segunda pergunta, já falamos aqui um pouco do PDM, havia planos para estar pronto agora em junho, claramente não será o caso, em que ponto é que estamos e já agora, se ler a ata da reunião anterior, eu fiz algumas questões sobre o PDM, para as quais não obtive resposta, correndo o risco do Senhor Presidente não voltar a entender-me, volto a perguntar:

Quem compõe toda a equipa de trabalho que tem estado a trabalhar para o PDM?

Quais são as principais opções de ordenamento que este executivo pretende lá inscrever?

Quais são os calendários definitivos? Embora eu saiba que atrasaram um pouco, mas que calendários estão previstos para a aprovação da atualização do PDM?

Muito obrigada.”-----

O Presidente da Mesa da Assembleia passou depois a palavra ao Deputado André Carvalho, que interveio nos seguintes termos:

“Senhor Presidente, há pouco chamou-me confuso, se calhar não era para mim, talvez para si, e a surpresa não me apanhou só a mim, mas a muitos forjaneses. Se repararmos no último edital, em relação à obra que está em assunto, o próprio edital diz “prorrogado até dia 27/04”, só por aí já é um adiamento.

Se formos consultar o edital anterior de 16 de fevereiro, dá conta de que o início da obra foi no dia 16 de fevereiro, com a duração de 5 meses.

Foi nestes editais que eu me baseei, se existem outros, ou se estou errado, agradeço que me elucide.

Obrigado.”-----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões nos seguintes termos:

“Vou responder, esse edital que está aí, se ler bem, é da alteração de trânsito, não é da obra.

A alteração do trânsito primeiro foi por 6 meses, e depois se se pudesse fazer, é apenas um desvio do trânsito, não é a obra, não confunda. E já agora, aproveito que me deu oportunidade de falar, falou em seis milhões, são dois milhões e, portanto, esse edital que está aí, é a informar que vão prolongar o tempo em que as pessoas têm que ir por São Romão, porque não há condições de segurança para passar por ali, e o período que a empresa pensava que demoraria para poder reabrir o trânsito era agora, com trânsito alternado, mas a obra está prevista terminar a 27 de abril. Claro que o saneamento afeta sempre gente, e eu pergunto-lhe, e pergunto aos Senhores Presidentes da Junta de Forjães e ao de S. Paio de Antas, se querem saneamento ou não querem. Não há “bela sem senão”!

Portanto, deu-me a oportunidade de lhe corrigir duas coisas, primeiro, não são seis milhões, são dois milhões e segundo, esse edital, é o edital da interrupção do trânsito.

A obra está dentro do prazo, mas não se pode pôr os carros a passar por lá por uma questão de segurança, as pessoas estão a trabalhar em valas, eu não sou técnico, não sei se é dessa área, mas a segurança primeiro.

Da Deputada Municipal Rita Tinoco, em relação à auditoria, fase atual, fim do prazo de audiência prévia, o prazo legal para os concorrentes se pronunciarem termina no próximo dia de 6 de julho de 2026.

Perspetiva de adjudicação e contrato, caso não sejam submetidas reclamações ou contestações que exijam nova liberação de júri, prevemos com elevada segurança política e técnica, que daqui a sensivelmente 15 dias temos o contrato formalmente assinado.

Depois podemos fornecer-lhe esta informação.

Em relação ao PDM, nós temos uma equipa que é uma equipa externa, que é a Galante, que aliás, é a equipa que deu início, temos o Presidente da Assembleia Municipal, eu próprio, o Eng.º Vítor Leite, a Eng.ª Catarina Martins e depois, o PDM como penso que deve saber, está a ser discutido com outras entidades, como a CCDR, como a REN, que neste caso será precisamente com APA e, neste momento nós estamos atrasados por uma razão, porque nós defendemos os interesses de Esposende.

E obrigado por me fazer esta pergunta, nós devíamos ter a segunda reunião com o Conselho Consultivo até julho, mas porque nos querem impor, e a APA nos quer impor, um mapa de áreas inundáveis que não é verdadeiro, porque tinha áreas de Fão inundáveis, tinha áreas como, por exemplo, de Fonte Boa e Rio Tinto que são inundáveis, como não inundáveis, tínhamos áreas as ribeiras, não inundáveis, têm áreas que nós sabemos que não são inundáveis e estão como inundáveis porque eles baseiam-se numa carta topográfica com uma diferença de 5 metros, e propuseram-nos que fizéssemos um estudo, nós investimos num estudo com 5 cm e as nossas áreas são completamente diferentes.

Estamos atrasados primeiro, porque o executivo anterior não foi diligente, e aliás, o arquiteto Morgado sabe disso e tem grandes responsabilidades nisso e nós, neste momento, estamos a defender os interesses do município de Esposende, e não aceitamos que nos imponham umas áreas inundáveis que não correspondem à realidade. E, portanto, isto pode atrasar um bocado, neste momento está prorrogado até dia 30 de setembro, vai haver um período de discussão pública, mas é só por isso. Só está atrasado por 2 motivos, uma parte é da nossa responsabilidade, é porque estamos a defender os vossos interesses, os meus interesses, os interesses de Esposende e penso que não tenho mais nenhuma pergunta.”-----

De seguida, o Presidente da Mesa da Assembleia informou o público presente que as inscrições

para intervenção do público já se encontravam encerradas.-----

02 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. _____

De acordo com o número um do artigo quadragésimo terceiro do Regimento em vigor, o Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção do público, não se tendo verificado nenhuma inscrição neste período, pelo que, o Presidente da Mesa entrou de seguida no Período da Ordem do Dia.-----

03 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA: _____

03.01 – APROVAÇÃO DO RELATÓRIO E PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS – ANO DE 2025, DO GRUPO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE, NOS TERMOS DO Nº 2 DO ARTIGO 76º DA LEI Nº 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 24 de junho de 2026, foi presente na sessão para deliberação, o Relatório e Prestação de Contas Consolidadas do Grupo Público do Município de Esposende, relativo ao Ano de 2025. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta, nos seguintes termos:

“As Contas Consolidadas do Grupo Público do Município de Esposende relativas ao exercício de 2025 resultam da agregação das demonstrações financeiras do Município de Esposende, da Esposende Ambiente, EM, da Esposende 2000, EM, e da participação na Zendensino – Cooperativa de Ensino e Interesse Público, através dos métodos de consolidação legalmente aplicáveis.

Importa referir que o documento agora submetido a apreciação não constitui um novo processo de prestação de contas das entidades que integram o Grupo Público Municipal, mas antes um exercício de consolidação contabilística que permite apresentar uma visão integrada da situação patrimonial, financeira e económica do conjunto das entidades participadas pelo Município. As contas individuais de cada uma destas entidades já foram objeto de apreciação e deliberação próprias nos respetivos órgãos competentes.

Da análise do relatório verifica-se que a Esposende Ambiente, EM apresentou um resultado líquido positivo de 171.660,71 euros, dispondo de um ativo de aproximadamente 24,97 milhões de euros. A Esposende 2000, EM registou igualmente um resultado líquido positivo de 20.625,76 euros, apresentando um ativo superior a 1 milhão de euros.

Por sua vez, a Zendensino, participada em 49,90% pelo Município e integrada através do método da equivalência patrimonial, apresentou um património líquido de 1.957.503,15 euros e um resultado líquido negativo de 320.564,46 euros no exercício de 2025.

Já o Município de Esposende, conforme resulta das contas individuais anteriormente apreciadas, registou um resultado líquido negativo de cerca de 4,6 milhões de euros, sendo

esta realidade a principal responsável pelo resultado consolidado agora apresentado. A conjugação dos resultados das diversas entidades que integram o perímetro de consolidação conduz a um resultado líquido consolidado negativo de 4.610.215,64 euros, mantendo o Grupo Público Municipal um ativo total de 154,68 milhões de euros e um património líquido de 132,81 milhões de euros.

Não obstante a natureza técnica do presente documento, não pode deixar de ser assinalado que o exercício de 2025 evidencia um resultado líquido consolidado negativo de 4,61 milhões de euros, representando uma inversão muito significativa face ao resultado positivo registado no exercício anterior. A dimensão do défice consolidado constitui um sinal que merece preocupação e reflexão.

Os resultados apresentados demonstram um agravamento da situação económica do Grupo Público Municipal, particularmente ao nível da atividade municipal, revelando um crescimento da despesa superior à evolução da receita e uma deterioração dos indicadores financeiros consolidados. Apesar de as empresas municipais apresentarem resultados positivos e de a situação patrimonial consolidada continuar a revelar solidez, com um património líquido superior a 132 milhões de euros, entende-se que estes números devem constituir um alerta para a necessidade de reforçar o controlo da despesa, melhorar a eficiência da gestão e assegurar uma maior sustentabilidade financeira da atividade municipal nos próximos exercícios, principalmente a Câmara Municipal e Zêzênsino.

Neste contexto, a apreciação global destas contas não pode ser positiva, uma vez que refletem um exercício marcado por uma deterioração muito relevante dos resultados económicos consolidados, situação que deverá merecer especial acompanhamento e escrutínio no futuro.

Assim, considerando que as contas individuais das entidades integrantes do Grupo Público Municipal já foram oportunamente analisadas e votadas, entende-se que o presente documento assume essencialmente uma natureza técnica e contabilística, destinada ao cumprimento das obrigações legais de consolidação e à apresentação de uma visão global da realidade financeira do Grupo Público Municipal.-----

Pediu a palavra o Deputado André Carvalho tendo referido:

“A contabilidade pública consolidada não é uma matéria simples. Não é a nossa área de especialidade e não pretendemos fingir que é. Mas precisamente por isso, quando analisamos este relatório, apoiamo-nos naquilo que o próprio documento nos diz.

*E o que, mais uma vez, nos diz o Revisor Oficial de Contas, é que não consegue emitir uma opinião limpa. Emite uma **opinião com reservas**. A razão é simples e não precisa de explicação técnica: o município ainda não concluiu a inventariação do seu próprio património. Não sabe ao certo o que possui. Não sabe ao certo quanto vale.*

Isto não é uma novidade, é um problema que se repete. E a pergunta que fica é simples: quando é que isto vai ser resolvido?

*O próprio relatório reconhece que a posição financeira é robusta e sustentável **a médio e longo prazo**. O que agradecemos, especialmente daqui a sensivelmente 4 anos quando ganharmos esta Câmara.*

Contudo o mesmo relatório mostra que a curto prazo a situação é preocupante, e é o curto prazo que nos importa hoje.

Em 2025 o resultado foi negativo em 4,6 milhões de euros. Em 2024 tinha sido positivo. A caixa reduziu 2,44 milhões de euros. A capacidade de pagar as dívidas imediatas deteriorou-se de forma expressiva. E os gastos cresceram cinco vezes mais depressa do que as receitas.

Temos também um alerta sobre o acordo de pagamento com a empresa SUMA, que o relatório menciona como fator de agravamento dos resultados, mas sem explicar o valor total do acordo nem as suas condições.
Obrigado.-----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu nos seguintes termos:

“Obrigado pela sua intervenção e pela sua extrema, mas não realista ambição, como, aliás, já a Deputada Rita Tinoco tinha dito aqui há uns tempos, têm os 2 a mesma ambição. Deixe-me responder-lhe à sua questão, é que não há nenhum município que tenha o património todo identificado, porque é impossível. Nós temos as cedências quando temos obras, é impossível isso. Há uma tendência, nós estamos a aumentar e deixe-me dizer-lhe que, apesar de tudo, temos feito um bom trabalho nessa área, mas nunca vai ser possível termos o património completamente inventariado, porque há sempre um lapso de tempo.”-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 33 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO MOVIMENTO “MUDANÇA POR TODOS”, DO PPD/PSD, DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA, E COM 1 VOTO CONTRA DA DEPUTADA DO PS, E COM A ABSTENÇÃO DO DEPUTADO DO CHEGA, APROVAR O RELATÓRIO E PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DO GRUPO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE – ANO DE 2025.-----

Pelo Grupo Político do Movimento Mudança por Todos, foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“O relatório consolidado agora em apreciação respeita, essencialmente, ao período de governação do anterior executivo do PSD, que se manteve em funções até outubro de 2025. É, por isso, um retrato fiel da gestão autárquica que foi conduzida ao longo de praticamente todo o exercício, e não do atual executivo em funções.

Ora, à semelhança do que já havia sido evidenciado no Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município de Esposende, os dados do universo consolidado do sector público municipal confirmam, sem margem para dúvidas, uma trajetória financeira preocupante. O grupo público do município de Esposende chegou ao final de 2025 com:

- ***mais dívida*** — evidenciando um recurso crescente ao endividamento, sem que tal se tenha traduzido em benefício equivalente para a população;
- ***menos liquidez*** — o que compromete a capacidade do município e das suas entidades participadas de fazer face, com margem de segurança, aos compromissos correntes;
- ***mais compromissos por pagar*** — sinal inequívoco de pressão sobre a tesouraria e de um planeamento financeiro que não acompanhou a realidade da execução;
- ***e menos investimento executado do que aquilo que foi prometido*** — o que traduz, uma vez mais, o desfasamento entre o discurso político do anterior executivo e a concretização efetiva das obras e projetos anunciados aos esposendenses.

Este conjunto de indicadores não pode ser lido de forma isolada ou como um mero exercício técnico-contabilístico. Traduz, antes, uma gestão que deixou o município numa posição

financeira mais frágil do que aquela que recebeu, e que hipoteca, em parte, a margem de manobra do atual executivo para responder às necessidades e expectativas da população.”----

Pela Deputada do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“As contas do Grupo Público em 2025 registaram um resultado líquido negativo de 4.610.215,64 €, face ao lucro de 218.973,65 € em 2024.

Os resultados operacionais colapsaram, passando de 538 mil euros positivos em 2024 para resultados operacionais negativos em 2025 de mais de 4,1 milhões de euros. O que demonstra descontrolo nos gastos da atividade corrente do Grupo.

A liquidez geral do Grupo passou de 132,32% em 2024 para 93,96% em 2025, isto significa que o Grupo perdeu a capacidade de honrar integralmente os seus compromissos de curto prazo.

A liquidez imediata também se afundou, apresentado uma redução de 2,44 milhões de euros em caixa e depósitos relativamente a 2024.

Os gastos totais cresceram 13,78%, sendo as rubricas de FSE (com aumento de 20,11%) e gastos com pessoal (com aumento de 7,66%) as que representam maiores subidas.

Os resultados financeiros agravaram-se em 2025 devido essencialmente, ao pagamento de mais de 228 mil euros, apenas em juros de mora à SUMA.

Aprovar estas contas significaria validar uma gestão orçamental que destruiu a liquidez do município e gerou um prejuízo grave que será pago por todos nós no médio prazo.

Pelas razões expostas, o grupo político do PS vota contra.”-----

Pelo Deputado do CHEGA, foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Se o próprio auditor independente, que é o especialista que tem obrigação de saber, e que foi contratado precisamente para isso, não consegue emitir uma opinião sem reservas, como podemos nós votar favoravelmente sem reservas?

A lógica é esta: se quem sabe tem dúvidas, quem não é especialista tem ainda mais razões para as ter.

A nossa abstenção não é um sinal de indiferença, mas sim de responsabilidade.

Esperamos que em 2026 o Executivo resolva o problema que origina esta reserva, e que apresente toda a informação necessária de forma a obter uma opinião limpa do auditor.

Só assim poderemos votar com confiança.

Obrigado.”-----

03.02 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE FUNCIONAMENTO E UTILIZAÇÃO DA START ESPOSENDE, NOS TERMOS DA ALÍNEA G) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I, À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 28 de maio de 2026, foi presente na sessão para aprovação, o Regulamento Municipal de Funcionamento e Utilização da Start Esposende, nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve

explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR O REGULAMENTO MUNICIPAL DE FUNCIONAMENTO E UTILIZAÇÃO DA START ESPOSENDE, NOS TERMOS PROPOSTOS.-----

03.03 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE EMPRÉSTIMO DE EQUIPAMENTOS MÓVEIS MUNICIPAIS, NOS TERMOS DA ALÍNEA G) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I, À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 28 de maio de 2026, foi presente na sessão para aprovação, o Regulamento Municipal de Empréstimo de Equipamentos Móveis Municipais, nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR O REGULAMENTO MUNICIPAL DE EMPRÉSTIMO DE EQUIPAMENTOS MÓVEIS MUNICIPAIS, NOS TERMOS PROPOSTOS.-----

03.04 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO REGULAMENTO MUNICIPAL DO CHEQUE EDUCAÇÃO, NOS TERMOS DA ALÍNEA G) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I, À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 24 de junho de 2026, foi presente na sessão para aprovação, o Regulamento Municipal do Cheque Educação, nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Pediu a palavra o Deputado João Paulo Torres, tendo referido:

“Senhor Presidente da Assembleia, apresento os meus cumprimentos.

Já que estamos todos cumprimentados, Senhor Presidente, essa lógica de que quem cala

consente aplica-se ao processo matrimonial à frente do senhor Padre, aqui, a situação é um bocadinho diferente e desde já agradecer-lhe é a primeira vez que me vou poder expressar nesta Assembleia, sem que o Senhor Presidente, diga que foi o PSD que fez. Portanto, esta é uma proposta vossa e, portanto, as questões que pretendemos ver aqui esclarecidas, creio que são as mesmas que assistem à população.

Assim sendo, Senhor Presidente, analisando o Regulamento do Cheque Educação, mantemos a posição, como bem disse, que transmitimos na Câmara Municipal, entre o que foi dito, que não nos compete corrigir, programas eleitorais, como bem disse, foi uma proposta da Mudança e neste contexto, nós nunca vemos como negativo qualquer apoio à educação, pese embora possamos ter as nossas reservas, o que possa não ser inteiramente positivo, não há-de ser inteiramente negativo. É sempre um apoio, é sempre digno de registo. Entendemos, no entanto, e como referimos, que a mera divulgação de que o assunto estava em discussão pública, não representou um verdadeiro diálogo com os intervenientes, desde logo a totalidade da comunidade educativa.

Não cremos que se tivessem sido chamados a contribuir numa postura de cooperação, tantas entidades tivessem deixado desprotegidos os seus utentes, ou se tivessem conformado com esta diferenciação negativa. Isto porque, constatamos que o artigo segundo restringe a atribuição deste apoio a alunos que reúnam cumulativamente alguns requisitos, sendo o primeiro deles, “se encontrem matriculados e a frequentar estabelecimentos de educação e ensino do setor público”. Esta opção pelo setor público, que compreendemos, é uma opção, deixa de fora alunos de entidades tão diversas como Jardim de Infância do Centro Social da Juventude de Mar, do Centro Paroquial, agora com outro regime através da Esposende Solidário, de Vila Chã, o Jardim de Infância da Santa Casa da Misericórdia de Fão, a Santa Casa da Misericórdia de Esposende, a Associação Social Cultural e Recreativa de Apúlia, o Jardim de Infância do Centro Social da Juventude Unida das Marinhas, o Jardim de Infância da Assinjepe, o Jardim de Infância do Centro de Intervenção Cultural de Palmeira de Faro.

Senhor Presidente, admito que possam tentar enquadrar isto, de alguma forma, nós temos um documento que se chama diagnóstico social de Esposende, que qualifica quais são as respostas públicas e quais são as respostas privadas, entre elas, estas instituições.

Neste contexto, pretendemos, pois, que se esclareça se há aqui um erro claro na opção terminológica, não se tratando de um mero detalhe de interpretação jurídica, e como tal impõe-se a correção, ou se os alunos, crianças inscritas nessas instituições, vão ser excluídas do famoso cheque. Assinalamos que de entre estas, há instituições que prestam resposta de proximidade em freguesias onde não há sequer resposta pública, sendo essa resposta assegurada por privados, ainda que com comparticipação pública na componente letiva. Esta comparticipação não altera de modo algum a qualificação jurídica de tais entidades. Constatamos ainda que a atribuição dos cheques está condicionada a um processo de candidatura, o qual terá que ser validado.

Questionamos se o Município tem recursos humanos disponíveis para o efeito, ou esta validação vai implicar a contratação de alguém para o efeito. Poderemos estar a falar numa comunidade educativa acima dos 4.000 alunos, portanto, é relevante para que os serviços atuais da Câmara, nomeadamente a ação social ou parte afeta à educação tenha esta tarefa acrescida, não me parece que seja um detalhe tão irrelevante.

Por fim, pedimos apenas um esclarecimento de como funcionará a utilização fracionada do voucher. Trata-se de um documento que é dito que é eletrónico, mas como é que é feito esse registo do gasto parcial, para que este mesmo cheque, não seja apresentado sucessivamente

em diversas entidades, é uma questão que não resulta do regulamento e que gostávamos de perceber.”-----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu nos seguintes termos:

“Obrigado pelas suas dúvidas, é pena que só tenham surgido agora. Aliás, penso que é jurista, devia estar bem informado da situação. Mas já que falou em matrimónio, “depois da noiva casada não faltam pretendentes”.

Até devia dar o exemplo como Deputado da Assembleia Municipal, a outros cidadãos, e intervir na fase da discussão pública e, portanto, há vários Regulamentos que vão ser feitos, porque nenhum está feito, e solicito-lhe a si, já que é tão entendido, para nos ajudar, que nós precisamos de ajuda, não precisamos depois de pessoas de “bota-abaixo”, deixe-me dizer-lhe uma coisa, peço desculpa pelo “bota-abaixo”, teve todas as oportunidades de participar, é um mau exemplo de cidadão.

Peço-lhe desculpa, é um mau exemplo de cidadão, porque devia ter participado e não participou.

Quanto aos recursos humanos, não vão ter muitas implicações, mas é muito estranho de quem vem, que numa reunião da Câmara, pediram para que nós fizéssemos fotocópias, que dêssemos toda a informação, de todos os processos e de todas as deliberações de tudo o que nós fazemos, para isso eram necessários 5 funcionários todos os dias para trabalhar nisso. Isso é uma completa falta de senso.

Isto foi uma decisão política, foi um compromisso nosso, não teve oportunidade e eu vou fazer aqui, mais vale dar um exemplo, porque eu não lhe vou responder a nenhuma das perguntas, porque devia tê-las feito na altura da apresentação. Espero que aprenda com isso e que guarde isso na sua memória, e nos próximos Regulamentos, vá lá fazer essa discussão.”-----

Pediu também a palavra o Senhor Deputado André Carvalho, tendo referido:

“O Chega subscreve a ideia do Cheque Educação, não é isso que está em causa.

O que está em causa é a qualidade do regulamento que nos é pedido para aprovar. E por isso temos perguntas concretas a que esta Assembleia merece resposta antes de votar.

Primeira pergunta: quanto vai custar?

O regulamento não indica quantos alunos serão abrangidos, nem qual o impacto financeiro anual. A nota justificativa afirma que o custo é compatível com a sustentabilidade financeira do município, mas não apresenta qualquer número, qualquer estimativa, qualquer estudo. Perguntamos ao Executivo: qual é o custo previsto? Quantos beneficiários estão estimados?

Segunda pergunta: porque é que este apoio não tem critérios de necessidade?

O regulamento chama-lhe repetidamente “apoio social”. Mas não o é. É um apoio universal, recebe quem tem dificuldades e recebe igualmente quem não tem. Sem qualquer critério de rendimento, de escalão escolar, ou de vulnerabilidade. Perguntamos: porque razão se optou por um apoio universal em vez de um apoio dirigido a quem mais precisa?

Terceira pergunta: porque é que a Assembleia fica de fora das decisões futuras?

Segundo este regulamento, valor de 100 euros pode ser alterado por simples deliberação da Câmara, sem voltar à Assembleia. Os estabelecimentos elegíveis podem ser alterados por mero despacho do Executivo. A avaliação anual prevista não obriga a apresentar qualquer relatório a este órgão.

Senhor Presidente, aprovar é fácil. O nosso dever é escrutinar. E este regulamento, na forma como está, não responde a perguntas básicas que qualquer decisão responsável exige.

Obrigado.”-----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu nos seguintes termos:

“Vou-lhe responder da mesma forma, devia ter sido mais proativo na fase em que tinha essa oportunidade. Mas vou-lhe responder à questão de quantos serão, isto não se processará de uma forma automática para todos os alunos, tem que haver um pedido. Portanto, se forem todos os alunos, será à volta de quatrocentos mil euros.

Quanto aos 100 euros, presumo que, como é um preço e não é uma taxa, provavelmente nós temos essa prerrogativa.

O facto de ser universal, ou ser apenas dirigido às pessoas que precisam, eu compreendo isso, mas também sabemos que há injustiças, nós sabemos que há profissionais liberais que fogem aos impostos e andam com carros de luxo e têm os apoios sociais e há outros que precisam, que trabalham, ganham o seu salário e não andam com bons carros e os filhos pagam tudo. Há sempre prós e contras, mas como em tudo na vida, nós temos que decidir, mais vale uma decisão imperfeita do que uma perfeita indecisão. Mas estamos recetivos a correção e nem tudo o que o membro da Assembleia João Paulo Torres disse, é de deitar fora, mesmo nas más informações, encontra-se uma boa informação.

Se nós virmos que há erros crassos, seremos os primeiros a corrigir, sem problema nenhum.”-

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 19 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO MOVIMENTO MUDANÇA POR TODOS, DO PRESIDENTE DE JUNTA DA FREGUESIA DE VILA CHÃ, E COM 16 ABSTENÇÕES DO GRUPO POLÍTICO PPD/PSD, DA DEPUTADA DO PS E DO DEPUTADO DO CHEGA, APROVAR O REGULAMENTO MUNICIPAL DO CHEQUE EDUCAÇÃO, NOS TERMOS PROPOSTOS.-----

Pelo Grupo Político do PPD-PSD, foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“O Grupo Político do PSD nesta Assembleia votou como abstenção porque perante os argumentos colocados na discussão do ponto, entende que os esclarecimentos prestados pelo Sr. Presidente da Câmara nada esclarecem. Não foi capaz de assumir o erro quanto à terminologia adotada, pois se era intenção do executivo atribuir o benefício a todos os alunos, não deveria constar do regulamento a menção à frequência do “setor público”. Não foi igualmente capaz de assegurar que dispõe dos recursos humanos necessários à implementação da medida, tampouco de esclarecer como funcionará a utilização do próprio voucher – desde logo quanto ao funcionamento de uma utilização parcial. Perante uma notória impreparação para o assunto, deteve-se a tecer comentários de carácter sobre deputados municipais, em nada abonatórios de alguém que teve no passado recente a responsabilidade de fazer cumprimento o regimento desta Assembleia Municipal enquanto Presidente da mesma.

Admitimos a boa-vontade da medida, porque se traduz num benefício para as famílias, não podendo, porém, deixar de registar o reparo ao regulamento, a fim de evitar que qualquer verba gasta para lá do que efetivamente se encontra previsto no texto do regulamento, possa ser considerado ilegal. Não compactuado com tal tipo de atuação, não votaremos contra a medida, mas abtemo-nos de aprovar algo que em nosso entender - e que o tempo virá a demonstrar - está errado.”-----

Pela Deputada do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“O Regulamento que agora se traz para aprovação, pretende para além de dinamizar o comércio local, ser um apoio social (e estou a ler as justificações que nos foram entregues) para, apoiar as famílias no percurso escolar dos seus educandos, promover a igualdade de oportunidades no acesso à educação e contribuir para o sucesso educativo e, em nome da justiça social”.

É óbvio que o PS não é contra apoios sociais e justiça social, pelo contrário, nem é contra o apoio às crianças e aos jovens do concelho, mas é contra a hipocrisia dos poderes públicos que oferecem medidas, em que a cara não bate com a careta e este é o caso.

Como é possível argumentar que se trata de um apoio social se cada família e jovem, independentemente da sua condição socioeconómica, recebe exatamente a mesma coisa nos mesmos termos.

A justiça social obtém-se através da discriminação positiva, tratando de modo diferente quem precisa de ser ajudado e apoiado, nomeadamente por estar em condições de vulnerabilidade social e económica.

Justiça social não é atribuir a mesma coisa a toda a gente, é atribuir diferentemente, nomeadamente apoios ou benefícios, em função e na proporção das necessidades de cada indivíduo.

E não é isso claramente o que se passa aqui.

O que se passa aqui é o pagamento de promessas eleitorais populistas, anunciadas aos quatro ventos e particularmente à porta de escolas, e que o atual executivo entende que são a razão da sua eleição.

Apoiar as crianças e os jovens, está muito bem, apoiar o comércio local, está muito bem, anunciar um virtuosismo balofo e hipócrita é que não.

Pelo exposto, o PS de Esposende abstém-se nesta matéria.”-----

Pelo Grupo Político do Movimento Mudança por Todos, foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“A aprovação do Cheque Educação e do respetivo Regulamento, concretiza um compromisso assumido perante os esposendenses, traduzindo-se numa nova medida de apoio às famílias e à educação, reforçando igualdade de oportunidades e o investimento nas gerações mais jovens.

Para memória futura, que fique registado que os partidos da oposição, tomaram este tema numa arma de arremesso político, os superiores interesses dos esposendenses ficaram para segundo plano. O que interessa, mais uma vez aqui se verifica, é o puro “bota-abaixo”.

Nenhuma medida é rígida.

Todas as medidas podem ser melhoradas no decurso do tempo.

À oposição, de forma justa, pedia-se então, que contribuísse para esse melhoramento, ao invés opta antes pelo puro “bota-abaixo”.

Que fique, pois, registado para memória futura.”-----

Pelo Deputado do CHEGA, foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Queremos ser claros: apoiamos a ideia do Cheque Educação. É uma medida que pode ajudar famílias, pode aliviar despesas escolares e pode dinamizar o comércio local.

Levantámos questões concretas, sobre a ausência de critérios de necessidade económica, sobre a falta de um teto orçamental definido, sobre o facto de a Câmara poder alterar valores

e estabelecimentos elegíveis sem voltar a esta Assembleia.

Por isso, não nos sentimos confortáveis para votar contra uma medida que pode efetivamente ajudar famílias de Esposende, mas também não temos, neste momento, garantias suficientes para votar a favor sem reservas.

A abstenção é o nosso modo de dizer: apoiamos o caminho, mas continuaremos atentos à forma como este regulamento é aplicado. Esperamos que, na prática, sejam corrigidas as fragilidades que identificámos, e estaremos disponíveis para contribuir nesse sentido.

A nossa abstenção não é sobre a ideia. É sobre o regulamento.

Obrigado."-----

03.05 - PARA CONHECIMENTO:

03.05.01 - APOIOS ÀS JUNTAS DE FREGUESIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA – 1º SEMESTRE 2026.-----

03.05.02 – RELATÓRIOS E INFORMAÇÕES DAS EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, NOS TERMOS DO ARTIGO 42º DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 69/2015, DE 16 DE JULHO E DO ARTIGO 54º DO DECRETO-LEI Nº 133/2013, DE 3 DE OUTUBRO:

. EAMB - ESPOSENDE AMBIENTE, EM:

- RELATÓRIO DE BOAS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO 2025.**-----
- RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DOS CONTRATOS-PROGRAMA - “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESÍDUOS URBANOS E LIMPEZA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE NO ANO DE 2025” E “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE TAREFAS DE GESTÃO DE ESPAÇOS VERDES PÚBLICOS, DA GESTÃO DA VERTENTE AMBIENTAL E DE GESTÃO DO SISTEMA DE ÁGUAS PLUVIAIS NA ÁREA DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE NO ANO DE 2025”.**-----

De harmonia com as deliberações tomadas pela Câmara Municipal, foram presentes na sessão, para conhecimento, Apoios concedidos às Juntas de Freguesia no primeiro semestre de 2026, desde a última sessão de dezembro de 2025, nos termos do artigo 13º do Regulamento das Formas de Apoio às Juntas de Freguesia, o Relatório de Boas Práticas de Governo Societário 2025 e o Relatório de Execução dos Contratos-Programa – “Prestação de Serviços de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública do Município de Esposende no ano de 2025” e “Prestação de Serviços de Execução de Tarefas de Gestão de Espaços Verdes Públicos, da Gestão da Vertente Ambiental e de Gestão do Sistema de Águas Pluviais na área do Município de Esposende no ano de 2025, da empresa municipal EAmb - Esposende Ambiente, EM. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.”-----

Colocado o assunto à discussão, pediu a palavra o Senhor Deputado André Carvalho, tendo

referido:

“Em relação ao relatório apresentado, existem principalmente dois aspetos que gostaríamos de colocar à consideração do Executivo e que pedimos esclarecimento.

Em primeiro lugar, na tabela da página 3, correspondente ao ponto II – Limpeza Pública, que informa que conta com 26 colaboradores, verifica-se que a rubrica de gastos com pessoal apresenta um valor previsto de cerca de 596 mil euros, tendo a execução atingido aproximadamente 602 mil euros, ou seja, um valor muito próximo do inicialmente orçamentado.

Contudo, chama-nos a atenção que na mesma tabela, a rubrica referente a despesas de saúde, onde estava previsto um gasto de cerca de 34 mil euros, a execução apresentada é de zero euros.

A mesma situação repete-se no ponto III – Gestão de Espaços verdes que conta com 8 colaboradores e na Educação Ambiental com 5 colaboradores. Já no ponto Águas Pluviais, apesar de não informar o número de colaboradores, esta situação repete-se.

Sendo a saúde e segurança no trabalho uma obrigação legal e um pilar fundamental da proteção dos trabalhadores, esta ausência total de execução nesta rubrica levanta dúvidas legítimas que consideramos importante ver esclarecidas.

Em segundo lugar, passando aos anexos do mesmo relatório, mais concretamente à atividade “Claro Como a Água” (que afinal não está assim tão claro), é indicada uma participação total de 25.913 pessoas.

No detalhe dessa participação, são referidas 426 crianças, 185 jovens, 292 adultos e 25 mil participantes na categoria “outros”.

Sendo que a categoria referente à População Sénior e aos Cidadãos Portadores de deficiência/mobilidade reduzida, aparecem a zero, importa então esclarecer o que significa esta categoria de “outros”, que representa a esmagadora maioria dos participantes.

Com 25 mil pessoas nesta categoria, torna-se essencial compreender com rigor o que está efetivamente a ser contabilizado, sob pena de estarmos perante dados estatísticos pouco transparentes ou dificilmente interpretáveis.

A transparência e o rigor na informação são essenciais para garantir a credibilidade dos documentos apresentados a esta Assembleia e para assegurar um verdadeiro exercício de fiscalização democrática.

Obrigado.”-----

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra ao Presidente do Conselho de Administração da empresa municipal, Esposende Ambiente ali presente, que prestou os seguintes esclarecimentos:

“Relativamente às questões colocadas pelo Senhor Deputado do CHEGA, nomeadamente no que concerne à rubrica “Despesas de Saúde”, cumpre esclarecer que os valores aí inscritos respeitam às despesas previstas com as comparticipações da ADSE, subsistema de saúde público em Portugal destinado aos trabalhadores e aposentados da Administração Pública, financiado por descontos mensais nos salários e cujas despesas são suportadas pela entidade empregadora para os trabalhadores com vínculo público.

Contudo, na sequência de uma alteração dos procedimentos internos da ADSE, implementada a nível nacional, as comparticipações deixaram gradualmente de ser processadas e pagas através da entidade empregadora, passando a ser liquidadas diretamente aos beneficiários. Em resultado desta alteração, não se verificou execução da despesa nesta rubrica durante o

período em análise.

Importa, por isso, referir que a execução nula registada não está relacionada com qualquer incumprimento das obrigações legais em matéria de Saúde e Segurança no Trabalho, nem significa a inexistência de apoios ou benefícios de saúde para os trabalhadores, resultando apenas da alteração do procedimento de pagamento das participações da ADSE. Desta forma, considera-se devidamente esclarecida a diferença observada entre o valor previsto e a execução apresentada no relatório no ponto II e III mencionados.

Informamos ainda que a Esposende Ambiente, certificada no âmbito da Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho, assegura o integral cumprimento dos requisitos legais aplicáveis nesta matéria, promovendo as condições necessárias à proteção da saúde e segurança dos seus trabalhadores, através da implementação de procedimentos internos adequados e do acompanhamento regular por entidades competentes. Para o efeito, a empresa mantém implementado um Sistema de Gestão Empresarial que contempla, entre outras medidas, a avaliação e controlo de riscos profissionais e psicossociais, a realização de exames médicos de admissão, periódicos e ocasionais, medicina preventiva com o acompanhamento regular por serviços externos de segurança e saúde no trabalho, a disponibilização de equipamentos de proteção individual adequados às funções desempenhadas, a promoção de ações de formação e sensibilização, bem como a monitorização contínua das condições de segurança e saúde dos trabalhadores.

Relativamente à atividade "Claro Como a Água", importa referir que o projeto "Claro como Água", desenvolvido maioritariamente em 2024 e apoiado pelo Fundo Ambiental, integrou 10 ações distintas, dirigidas a diferentes públicos-alvo e enquadradas nas várias tipologias previstas no respetivo regulamento.

Contudo, importa salientar que o valor de 25.000 registos incluído na categoria "Outros" não corresponde aos participantes presenciais efetivos nas atividades, integrando uma estimativa baseada no alcance das medidas e atividades de comunicação implementadas. Trata-se, portanto, de um indicador de alcance do projeto designado por participação passiva da população, sem qualquer intenção de poder comprometer a correta interpretação dos resultados reportados sobre a campanha de comunicação do projeto (outdoors, mupis, roll-ups, newsletters digitais e flyers).

Esta opção de reporte, assente numa estimativa do universo potencial de cidadãos abrangidos pelas ações de sensibilização e comunicação desenvolvidas, decorre da necessidade de enquadrar a informação nos formulários e critérios de reporte definidos pela Associação Bandeira Azul de Ambiente e Educação (ABAAE), entidade responsável pela coordenação do programa Bandeira Azul, no qual o Município de Esposende participa.

Assim, entendemos que em futuras prestações de informação procuraremos evidenciar de forma inequívoca a diferença entre participantes efetivos e estimativas de alcance ou divulgação, reforçando a transparência, o rigor metodológico e a fiabilidade dos dados apresentados à Assembleia Municipal.

Estamos, naturalmente, disponíveis para prestar os esclarecimentos adicionais que se revelem necessários."-----

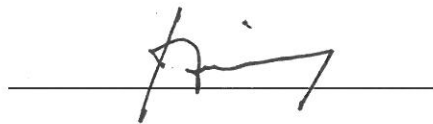
A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. _____

---Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a ata da presente reunião, fosse aprovada em minuta, para efeitos imediatos, pelo que, nada mais havendo a tratar, foi a mesma minuta

elaborada e, depois de lida, foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, sendo aprovada por unanimidade para efeitos de execução imediata das deliberações tomadas.-----

---Sendo 23 horas e 30 minutos, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão.-----

O Presidente da Assembleia,

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'P' followed by a horizontal line and a diagonal stroke, positioned above a horizontal line.

O Primeiro Secretário,

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Paulo Adm', positioned above a horizontal line.

A Segunda Secretária,

A long, flowing handwritten signature in blue ink, positioned above a horizontal line.